



RECORTES DE IMPRENSA

DEZEMBRO 2014



COM O APOIO:





ID: 56847382

24-11-2014

Mudar mentalidades e a vítima podem reduzir casos

Na véspera do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se assinala, mundialmente, a 25 de Novembro, *O Setubalense* entrevistou uma das responsáveis pelo gabinete de apoio à vítima de Setúbal da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) sobre a temática da violência doméstica, cujas denúncias continuam a aumentar. Para Balbina Silva, gestora interina do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Setúbal da APAV, é possível combater este flagelo, por um lado, aumentando a rede de apoio à vítima, através de parcerias com o sistema de saúde, o ensino, as autarquias e as igrejas; por outro, mudando a mentalidade e o comportamento da população, através de acções de sensibilização.



POR VERA GOMES

Mesmo com todos os avanços na aplicação das políticas de defesa dos direitos das mulheres, os registos de violência contra mulheres ainda são alarmantes. O que é que ainda pode ser feito, ao nível da legislação para romper este ciclo?

A lei existe, é muito boa, mas a sua aplicação ainda é feita com medo, por parte dos órgãos de polícia criminal e tribunais. Os tribunais deviam ter mais em conta os riscos que as vítimas correm, mesmo saindo de casa, e deviam aplicar medidas de coacção mais graves como a pulseira electrónica, ou mesmo a prisão preventiva, mas raras vezes isso acontece porque este crime é ainda muito desvalorizado. Normalmente as penas são suspensas porque é um crime que tem uma condenação até 5

anos, que pode ser agravado até dez, desde que sejam provadas ofensas à integridade física graves, o que, normalmente, não é tido em conta.

Como é que se podem modificar os padrões culturais de opressão da mulher?

Temos que começar a realizar uma educação das crianças trabalhando a noção de igualdade de género, porque as crianças agem por imitação. Ou seja, o poder e as oportunidades são iguais. Numa faixa etária mais avançada, tentamos transmitir às jovens que devem construir primeiro a sua vida individual (tanto a nível pessoal, como profissional), e só depois a partilharem com alguém. Ao viver em função de uma relação, estão dependentes. Ao nível dos adultos, interessa sensibilizar, comunicar, fazer campanhas, não só focadas nas mor-

tes e nas agressões extremas, mas que sensibilizem a população sobre aquilo que antecede essas agressões, prevenindo os casos mais graves.

Há como identificar um companheiro que possa tornar-se violento?

Sim, existem sinais. Ciú-

As pessoas não devem denunciar uma situação de violência doméstica sem o conhecimento da vítima, porque o agressor, pode agravar o seu grau de agressividade.

mes sem razão aparente, controlo de chamadas telefónicas, controlo de amigos, de familiares, controlo financeiro, obrigação sexual, ou seja, a imposição da relação sexual (que é considerada uma violação), tentativa de controlo da vida profissional, telefonar constantemente... todas estas acções são indícios do exercício do po-

der sobre o outro e tem tendência a agravar. As pessoas que se comecem a sentir controladas pela outra, devem procurar alguém que as possa ajudar. Ficamos de boca aberta quando as jovens dizem que "se ele me controla é porque gosta de mim". O ciúme, obsessivo, controla-

risco extremo. Mas como são tão coagidas a não deixar a casa e ameaçadas de que lhes vão ser retirados os filhos, acabam por pensar que não conseguem viver sem aquela pessoa. Há uma dependência emocional, criada pelo agressor. No entanto, a vítima deve denunciar a situação, desde que esteja segura. Fazer uma denúncia e continuar a estar com o agressor, é muito arriscado, porque nunca sabemos como o agressor vai reagir ao ter conhecimento.

Qual é o papel que os amigos, colegas, vizinhos e familiares devem ter nestes casos?

As pessoas não devem denunciar directamente às autoridades uma situação de violência doméstica sem o conhecimento da vítima, porque o agressor, ao ser confrontado com esta situação, pode agravar o seu grau de agressividade. As pessoas devem falar com a vítima e sensibilizá-

-la para procurar alguma instituição que apoie vítimas, para poder ser acompanhada e alertada para todos os riscos e perceber que existem outras formas de viver.

Quais podem ser as consequências para uma criança/jovem que conviva com uma situação de violência doméstica?

As crianças que assistem a estes casos de violência podem tornar-se em adultos muito frágeis, podem tornar-se em futuros agressores, mas também podem ser futuras vítimas. É importante alertar as mulheres que são ameaçadas, que podem sair de casa com os filhos. O que aconselhamos é que venham de imediato ao Tribunal de Família e Menores para iniciar o processo de regulação das responsabilidades parentais. Caso mãe e filho tenham sido vítimas de agressão pelo



enttar rede de apoio à de violência doméstica



ATÁ QUE A MORTE NOS SEPARA

Têm havido mais denúncias, mas as pessoas procuram-nos em situações limite, de risco extremo. Aquelas com situações menos graves não nos estão a procurar porque as pessoas não acreditam na justiça e no apoio.

tam na justiça e no apoio. Neste momento, todos os casos que nos chegam são mais graves e muitos denunciados por amigos, colegas, familiares, claro que não actuamos sem falar com a vítima.

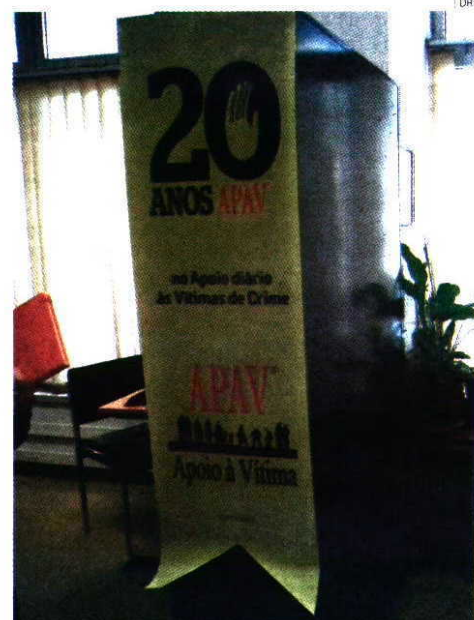
Qual é o papel da APAV?

Estamos nas instalações do Tribunal de Família e de Menores de Setúbal desde 1996 e fazemos muitas vezes papel de intermediários, enviamos informação para o Tribunal de Menores (processo de regulação das responsabilidades parentais) e para o Tribunal Judicial (processo queixa-crime), porque a informação não é partilhada entre os dois órgãos. Analisamos o risco da situação, partilhámos isso com a pessoa e aconselhamos, mostrando o que podem fazer e o que devem fazer, mas a

decisão está sempre do lado da pessoa. Para além de acompanhar a pessoa durante o processo de decisão de sair de casa, prestamos também apoio psicológico e judiciário e acompanhamo-la até que esteja numa nova vida, livre de violência. Ainda há muita gente que não sabe que a APAV tem um gabinete de apoio em Setúbal, que o atendimento é gratuito e confidencial. Há também a ideia de que as pessoas ao virem cá, são obrigadas a apresentar queixa, o que não é verdade.

O que precisam para alargar a vossa acção?

Precisávamos, por exemplo, de um veículo de serviço para nos deslocarmos a certos locais fora de Setúbal, em que as pessoas não têm possibilidade de vir até nós e irmos nós ao seu encon-



progenitor, podem ser acionados os meios de protecção também à criança. Muitas vezes as mulheres pensam que são obrigadas a permitir que o pai veja o filho, mas não é obrigatório.

Quantos casos foram reportados em Setúbal já este ano?

Até Outubro, deste ano,

registámos, em Setúbal, cerca de 500 processos de acompanhamento. Penso que iremos ultrapassar o número do ano passado – cerca de 620. Têm havido mais denúncias, mas as pessoas procuram-nos em situações limite, de risco extremo. Aquelas com situações menos graves não nos estão a procurar porque as pessoas não credi-

tro. O gabinete tem apenas uma gestora e o resto do pessoal são pessoas voluntárias, como eu, que já colaboro há sete anos. Gostaríamos de ter uma maior capacidade para fazer acções na comunidade, como, por exemplo, acções de sensibilização nas escolas, de violência no namoro. Precisamos de mais voluntários para aumentar a capacidade

de resposta. Há também muitas entidades no terreno que podiam ser nossas parceiras, e funcionar como "travões" para estas situações de violência, nomeadamente hospitais, centros de saúde, escolas, infantários e todas as entidades que comunicam com a população, como juntas de freguesia, câmaras municipais e igrejas.

Telenovela "Mar Salgado" ajuda a alertar consciências

Para Balbina Silva, da APAV, a ficção pode ajudar a consciencializar a população para este flagelo. Caso disso é a telenovela "Mar Salgado", filmada em Setúbal, e exibida diariamente na Sic, na qual a actriz Sandra Barata Belo interpreta "Júlia", uma jovem mulher, que é vítima de violência doméstica pelo marido, "Xavier", interpretado pelo actor Marco Costa.

"Tenho acompanhado a novela e o que tem sido retratado é um exemplo de muitos dos casos que temos atendido", admite a responsável, confessando estar "ansiosa para ver a continuação e se o agressor será penalizado". Esta ficção "tem um papel de mostrar todo o processo e tem-no feito de uma forma muito correcta, mas era importante que futu-



ros casos fossem retratados em que as pessoas tomassem iniciativa antes de chegar ao extremo".

Já para Sandra Barata Belo, este papel foi "um desafio", dado que nunca tinha interpretado uma mulher submissa. Empenhada em "dar um corpo mais denso à personagem", a actriz pesquisou sobre a temática e contactou a Associação de Mu-

lheres Contra a Violência, onde falou com terapeutas. Além disso, conheceu uma senhora, de 60 anos que, durante 40, foi vítima de violência doméstica e estava a passar por um processo de libertação. "As mulheres devem sair e procurar ajuda, mas sobretudo devem perceber que não é normal serem submissas. Não somos propriedade de ninguém

e não podemos gostar de quem nos faz mal, nem desculpar as agressões", expressa a actriz.

Falando da sua personagem, revela que "a Júlia acredita que o Xavier a ama e está sempre à espera que ele mude, mas isso não acontece". Relativamente às cenas mais violentas, assegura que "é tudo coreografado" e que "o Marco (Costa) está sempre muito preocupado com o meu bem-estar, mas eu estou sempre a dizer-lhe que pode fazer mais pressão". Esta história "está a ter muito impacto e há muitas vítimas que se identificam", revela Sandra Barata Belo que considera a nossa sociedade "muito machista", com uma população "com séculos e séculos de hábitos culturais em que a mulher tem uma posição submissa, incrustados no nosso ADN".





**Denúncias
de violência
doméstica
aumentam
no distrito**

Vítimas de violência doméstica mais protegidas

Ministério de Administração Interna apresentou ficha que avalia risco

• Documento disponível nas esquadras da PSP e postos da GNR

SEGURANÇA

por
PEDRO BARROS

O Ministério da Administração Interna (MAI) apresentou uma nova ficha a preencher nos episódios de violência doméstica, que permitirá avaliar a gravidade dos casos, dos riscos que a vítima corre e do perfil do agressor. O documento, composto por 20 questões, está disponível desde 1 de novembro nas esquadras da PSP e nos postos da GNR.

«É um registo detalhado das circunstâncias dos factos em que a situação de violência doméstica ocorreu, que permite quantificar e classificar o risco como baixo, médio ou alto e que integrará depois toda a documentação a remeter para o Ministério Público, sugerindo também medidas de proteção das vítimas», explicou a secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais.

As forças de segurança receberam 13.071 queixas de violência doméstica no primeiro semestre de 2014, mais 291 do que em período homólogo de 2013, segundo um relatório



Joana Marques Vidal, Anabela Rodrigues e Teresa Morais estiveram na apresentação

da Direção-Geral da Administração Interna (DGAJ). O mesmo documento adianta que as queixas registadas pela PSP e GNR aumentaram 2,3% face a igual período do ano passado. Mais: a PSP registou 7.574 denúncias nos primeiros seis meses do ano (mais 1,7%) e a GNR 5.497 queixas (mais 3,1%). O maior número de queixas verificou-

-se nos distritos de Lisboa (2.875), Porto (2.544) e Setúbal (1.133). Os distritos que registaram maior aumento de participações foram Guarda (34,6%) e Viseu (28,4%).

Segundo a associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), 32 mulheres foram mortas no contexto de violência doméstica desde o início do ano.

UMA REDE



"Passeio no parque! Família Siqueira. Parque del retiro. Belíssimo"

Manoela Siqueira,
namorada de Guilherme Siqueira, jogador brasileiro do Atlético Madrid, in Facebook



"Agradeço a Deus todos os dias por me ter abençoado com esta família fantástica. Amor é família"

Charlene van Halen,
namorada de Ola John, jogador holandês do Benfica, in Facebook

"Uma pequena amostra do meu minimuseu de casa... um canto especial que agora partilho convosco!"

Jéssica Augusto,
in Facebook



"Homenagem ao meu pequeno campeão"

Iker Casillas,
guarda-redes do Real Madrid, in Twitter



"Entrega do cinturão de campeão. Atleta de top!!! Parabéns Diogo Neves"

Sílvio,
jogador do Benfica, in Instagram



Siga-nos no Facebook. www.facebook.com/revistaj. Já somos 84 mil! **facebook**



"Rolls Royce e Wanda Icardi"

Mauro Icardi,
jogador argentino
do Inter de Milão, in
Twitter

**"Basta que me
batas uma vez!!
#25denovembro
#apav"**

Mónica Lopes,
mulher de Miguel Lopes,
in Facebook, assinalando
o Dia Internacional pela
Eliminação da Violência
Contra as Mulheres



"Por hoje é suficiente"

Tamara Gorro,
mulher de Ezequiel Garay,
jogador argentino do Zenit,
in Instagram

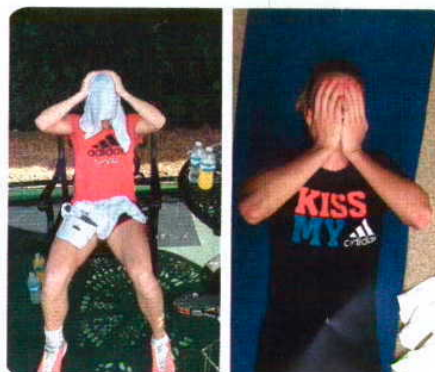


**"Bora para
casa...
Brazucas
Adriano, Dani
Alves, Douglas,
Rafinha
Alcantara"**

Neymar,
avançado brasileiro
do Barcelona, in
Facebook

**"Primeira semana de treinos
concluída. Obrigada à minha
equipa técnica por tornar isto
mais fácil para mim"**

Caroline Wozniacki,
tenista dinamarquesa, in Instagram





Violência doméstica: prioridade ainda sem projetos concretos

POLÍTICA A iniciativa da homenagem foi de António Costa, do PS. Associações esperam ver medidas reais

ANA MAIA

A ideia partiu de António Costa. O encerramento do congresso do PS ficou marcado pela homenagem a 34 mulheres que este ano morreram vítimas de violência doméstica. Não houve reuniões prévias com as associações que acompanham a temática da violência doméstica ou com o grupo Mulheres Socialistas. Diz fonte socialista que a iniciativa mostra que esta é uma prioridade para António Costa, mas ainda não se conhecem propostas concretas.

"António Costa 'prometeu', ao solicitar esta ação, que vai dar uma atenção especial ao caso. É a 'promessa' que eu tenho", disse Maria do Céu Guerra ao DN, no final do congresso do PS. A ação foi uma iniciativa do próprio líder socialista, mas ainda não se conhecem propostas concretas para combater este tipo de crime. "Desconhece-se de momento que tipo de consequência terá a homenagem feita às vítimas de violência doméstica, mas se o secretário-geral do PS decidiu fazer o que fez no congresso, é porque será uma prioridade na agenda do partido", disse fonte do partido.

Na Agenda para a Década, a violência doméstica está em dois pontos considerados pilares. Um é o do domínio da "Ação: igualdade", em que considera que é necessário avaliar "as políticas públicas de combate à violência doméstica e à violência no namoro, com o objetivo de identificar as medidas a implementar para pôr fim às mortes decorrentes dessas situações". O outro ponto, é no domínio da "Segurança, liberdade e direitos fundamentais": refere que é "necessário reforçar as políticas de prevenção e a segurança de proximidade". Diz que é preciso

"desenvolver políticas de prevenção específicas para a área da violência doméstica de que as mulheres são particularmente vítimas, mas também os idosos". Sem adiantar mais.

Este ano morreram 39 mulheres vítimas de violência doméstica. Poderá a iniciativa ser vista como um aproveitamento político? "A iniciativa marcou uma aposta clara e objetiva de que o PS se vai empenhar de forma convicta na questão, independente de ter sido a melhor forma ou não de o ter feito. No programa de governo vamos dar atenção especial ao combate de uma situação que representa uma violação dos direitos fundamentais. É fundamental dar a mensagem e que se concretize em propostas concretas", disse a presidente das Mulheres Socialistas, Isabel Coutinho, adiantando que não existiram reuniões.

Margarida Medina, da Associação Mulheres contra a Violência, prefere não ver a questão dessa maneira. "Estou em crer que se o fez é porque assumiu um compromisso nesta área. Mesmo que tenha havido interesse, a sociedade civil está cá para ver as medidas concretas. O combate à violência já não depende dos partidos. Há uma agenda internacional da qual fazemos parte com a Convenção de Istambul."

Manuela Tavares, da UMAR, diz que os partidos "têm direito a usar informação pública" e não acredita em aproveitamento político. "Todos os atos que alertem a sociedade e coloquem o tema na agenda política são importantes", defendeu. Sem querer entrar em política, João Lázaro, da APAV, defendeu que é preciso "uma política global e integrada que defenda as vítimas de todos os crimes e que se deem respostas específicas a necessidades específicas". **com MIGUEL MARUJO**



Reportagem

ATÉ QUE A MORTE SAIA DESSE PAÍS

APAV Apoio à Vítima

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Há que dizer **bastaa!**

São cada vez mais as vítimas deste flagelo. São também mais as ajudas a que pode recorrer. A MARIANA alerta-a para este problema. Saiba como se proteger.

Texto: Marta Rodrigues; Fonte: APAV e INE

No passado dia 25 de Novembro assinalou-se o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres

A violência doméstica funciona como um ciclo que assume, normalmente, três fases: o aumento de tensões acumuladas no quotidiano e as ameaças feitas pelo agressor criam, na vítima, uma sensação de perigo iminente; o agressor maltrata física e psicologicamente a vítima, com ten-

AUMENTO DE TENSÃO
ATAQUE VIOLENTO
LUA-DE-MEL

dência a aumentar a frequência e intensidade das mesmas; o agressor envolve a vítima em carinho e atenções (fase lua-de-mel), prometendo mudar.

Este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, podendo ser cada vez menores as fases da tensão e de apaziguamento e cada vez mais intensa a fase do ataque violento.

Em situações limite, o culminar destes episódios poderá ser o homicídio. Os casados (34,8%) e solteiros (23,5%) são os que sofrem em maior número com o problema. Segundo os dados do GAV de 2013, de 8.733 vítimas, 32,8% não quis identificar a sua idade. Ainda assim, 14,5% tinha idades entre os 35 e os 44 anos.^[1]

CARACTERIZAÇÃO DA VÍTIMA - SEXO DA VÍTIMA

Sexo	Número	Porcentagem
feminino	7.233	82,8%
masculino	1.444	16,5%
ns;nr	56	0,6%

O número de atendimentos feitos pelo GAV aumentou de 22.747 (2012) para 37.222 (2013)

Crimes

Os crimes de violência doméstica representam 84,2% do total de casos relatados pelas vítimas à APAV, em 2013. Os maus tratos psíquicos (36,8%) e físicos (26,9%) assumem principal destaque, já que a soma perfaz 63,7% dos crimes de violência doméstica.



Peca ajuda

Linha de Apoio à Vítima – 707 200 077 (dias úteis: 10 – 13h / 14 – 17h). Os serviços da APAV são GRATUITOS e CONFIDENCIAIS. Para apresentar queixa do crime deve dirigir-se a uma esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP) ou posto da Guarda Nacional Republicana (GNR).

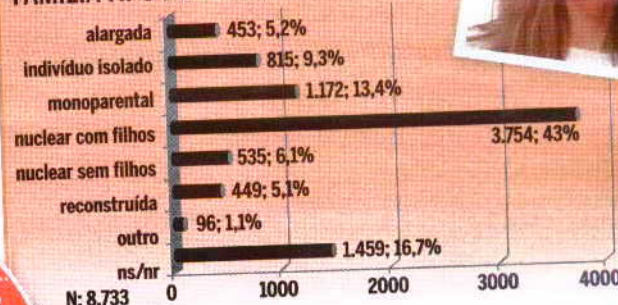
Números trágicos

No decorrer do ano de 2013, o GAV de Lisboa trabalhou em 4.219 processos de apoio, realizando um total de 8.829 atendimentos. De entre os 4.219, foi possível intervir sobre 2.279 vítimas directas que relataram terem sido vítimas de 5.196 crimes. Tal como em anos anteriores, a violência doméstica representa mais de 80% dos crimes registados pela APAV.

A APAV promoveu uma acção de sensibilização através do Instagram. Foram muitos os famosos que aderiram à causa



FAMÍLIA TIPO DA VÍTIMA



Situação familiar

Em consonância com o estado civil das vítimas está o tipo de família, pelo que 43% das mesmas vivem em famílias nucleares com filhos e 6,1% em famílias nucleares sem filhos. As famílias monoparentais apresentavam uma percentagem significativa, na ordem dos 13%.

Mitos e factos

Alguns têm servido para “desculpar” a violência e o agressor, outros para “culpabilizar” a vítima:

M: O consumo de drogas é que faz com que seja violento(a).

F: Se uma pessoa consome drogas sabendo que pode tornar-se violenta, então a pessoa é responsável pelas suas acções.

M: A Polícia não está interessada.

F: A Polícia tem obrigação de prestar

assistência e protecção a toda a pessoa que sofra de qualquer agressão.

M: Só acontece a mulheres de meios sociais desfavorecidos.

F: A violência doméstica está presente em todos os estratos sociais.

M: Há mulheres que provocam os maridos.

F: A violência doméstica não pode ser desculpabilizada por um suposto comportamento provocatório da mulher vítima.



Há cada vez mais vítimas de violência doméstica a pedir ajuda na região

Seminário em Azambuja discutiu as causas da violência, perfis das vítimas e dos agressores. A maioria dos casos reportados dizem respeito a perseguições e maus tratos físicos e psicológicos. Novos casos incluem violência sobre idosos e entre namorados.

Na região há cada vez mais pessoas a pedir ajuda e a denunciar casos de violência doméstica mas a vergonha e o medo do estigma social continuam a impedir e a fazer da violência doméstica um "crime silencioso". As conclusões foram avançadas por especialistas no tema durante um seminário dedicado à violência doméstica em Azambuja, onde participaram forças policiais, prisionais, comissões de protecção de crianças e jovens e associações de apoio à vítima.

A maioria dos casos reportados continuam a dizer respeito a perseguições e maus tratos físicos e psicológicos. "Há uma maior consciência desta problemática mas ainda estamos longe de erradicar de vez o fenómeno", frisou Gustavo Duarte, da Associação de Apoio à Vítima (APAV) de Santarém. Só no distrito, no último ano, foram registados pela associação 17 384 casos de violência, sendo a maior percentagem - 81 por cento - de violência doméstica. No topo dos casos com maior incidência estão a violação de domicílio e vida privada (231), devassa da vida privada (66), violação (68), maus-tratos psíquicos (6 403) e maus-tratos físicos (4 684). Mais de 3 mil pessoas queixaram-se também de ameaças e coacção.

"Em relação a este ano já estamos a verificar um aumento de 20 por cento no total de casos assinalados. As pessoas estão mais alertadas para este problema e estão



foto O MIRANTE

ALERTA. Especialistas foram a Azambuja dizer que é melhor falar e denunciar do que calar e sofrer

a procurar mais ajuda", explicou o responsável da APAV de Santarém.

A violência doméstica continua a ser um crime difícil de erradicar por acontecer na privacidade do lar. Paula Carnevalheira, da Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, refere que a esmagadora maioria dos agressores - 96 por cento - continuam a ser homens. Paula é uma das responsáveis por um programa inovador no país, o PAVD (Programa para Agressores de Violência Doméstica), que tenta "reprogramar" a mente dos arguidos condenados por crimes de violência doméstica para que não sejam reincidentes. Durante 18 meses são "desmontados" os seus hábitos violentos. 809 agressores já frequentaram o programa nos últimos cinco anos, data em que foi criado. Apenas dois voltaram a maltratar as parceiras.

"A violência doméstica nasce de uma sede de poder do agressor e da sua tentativa de condicionar o outro. Há casos desde humilhação, ameaçar os filhos e animais, partir objectos, impedir contacto com amigos, controlar a presença nas redes sociais

A maioria dos casos reportados continuam a dizer respeito a perseguições e maus tratos físicos e psicológicos

e agressão física, a mais dolorosa", nota Gustavo Duarte.

O receio de ser discriminado, moralmente condenado e muitas vezes a dependência financeira deixam muitas vítimas caladas. "Falta a força a estas pessoas, que vivem em três fases: tensão, agressão e lua-de-mel. As vítimas são pessoas com baixa auto-estima. Depois da agressão o parceiro oferece flores, é romântico, trata bem a vítima e esse aumento de auto-estima é viciante. A vítima passa a ficar dependente desse bom momento, ainda que tenha de enfrentar penosas agressões", explicou o responsável.

Luís de Sousa, presidente da Câmara da Azambuja, defendeu a importância de combater este fenómeno, que diz ser cada vez mais frequente no seu concelho.

Programa do Estado deixa de fora casais homossexuais

O Programa para Agressores de Violência Doméstica, que está em curso pela Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, apenas abrange os casais heterossexuais, informou Paula Carnevalheira. Perante as dúvidas do público, a responsável esclareceu que isso se deve ao tipo de violência que é praticado nos diferentes casais. "A violência conjugal num casal homossexual é muito mais perversa e maior do que nos casais heterossexuais, pelo que os métodos não são semelhantes", explicou.

Violência sobre idosos aumenta

A crise económica que o país atravessa levou ao aparecimento de um novo subtipo de violência doméstica, sobre os idosos. Pessoas de idade cujos filhos tomam posse dos seus rendimentos, obrigam-nos a ficar como fiadores de empréstimos que não querem pagar e, alguns, são deixados a passar fome.

Agressores têm baixa auto-estima e sede de poder

Os especialistas traçaram na sessão um perfil-tipo do agressor comum: discreto, socialmente bem aceite, com emprego seguro e muitas vezes considerado pelos pares como "homem de família". Mas em casa revela baixa auto-estima, sede de poder, ciúme e insegurança. Alcoolismo ou drogas podem piorar o comportamento. As vítimas são envergonhadas, socialmente mal inseridas, caladas, passivas, deprimidas e muitas vezes dependentes do ponto de vista emocional.

ID: 56893400

27-11-2014

Vítimas de violência doméstica pedem ajuda com mais frequência

Na região há cada vez mais pessoas a pedir ajuda e a denunciar casos de violência doméstica mas a vergonha e o medo do estigma social continuam a imperar. Só no distrito de Santarém, no último ano, foram registados pela associação mais de 17 mil casos de violência. 80% são de violência doméstica. Segundo a APAV de Santarém, este ano há um aumento de queixas de 20% **20**



ID: 56902629

27-11-2014

Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres

Violência doméstica: denúncia de agressores é essencial no combate à problemática

No âmbito do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Câmara Municipal, organizou, no dia 25, um conjunto de iniciativas, que se inserem no Plano Municipal para a Igualdade de Género tendo como objetivo contribuir para a diminuição da violência baseada no género, nomeadamente a violência doméstica.

O Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro foi pequeno para a multidão que se juntou na Tertúlia "Diga não à Violência". Com a presença de nomes como Alexandre Jordão (2.º Sargento do Posto Territorial da Lousã), Anabela Mendes (Núcleo de Intervenção e de Apoio a Vítimas Específicas), Júlio Barbosa Silva (Procurador do Ministério Público), Gil da Silva (Assistente Social na Câmara Municipal) e Margarida Mota (Psicóloga no INEM) foram vários os



Tiago Adelino

» Tertúlia "Diga não à Violência" foi uma das iniciativas promovidas pela autarquia

alertas lançados para os presentes. "Não é preciso haver uma queixa por parte das vítimas para ser aberto um processo, basta saber que os casos existem para se dar início às investigações, é um crime público", afirmou o Procurador do Ministério Público perante

a plateia. Além do alerta lançado, Júlio Barbosa Silva incentivou as vítimas a não ficarem em silêncio, dando a conhecer alguns mecanismos que já existem para a sua proteção. "Hoje em dia já não há motivos para não avançar com as queixas, tendo em conta que existem

mecanismos para tal. O afastar do agressor, o envio da vítima para um abrigo e as declarações para memória futura, que ilibam a vítima de marcar presença no julgamento perante o seu agressor são algumas das ferramentas que podem ser usadas", declarou.

Refira-se que durante o dia, a autarquia assinalou a data com uma exposição de retratos fictícios de mulheres vítimas de agressão, elaboradas pelo Projeto "Miminhos dos Avós", que esteve patente junto ao Cine Teatro e à Câmara Municipal. Além disso, decor-

reu ainda uma sensibilização sobre a Violência no Namoro promovida, nas Escolas Secundária, Básica N.º1 e Profissional, onde foram distribuídos panfletos com o objetivo de sensibilizar os jovens para a problemática da violência de género. **† Tiago Adelino**

PARA OBTER AJUDA NA LOUSÃ

239991281

Gabinete de Intervenção Familiar (CML)

239990375

Gabinete de Ação Social e Saúde

239990060

GNR Posto da Lousã

239990610

Centro de Saúde da Lousã

OUTROS PONTOS DE AJUDA

707200077

APAV

800202148

Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica

144

Linha Nacional de Emergência Social

808257257

Linha SOS Imigrante



Uma cultura de submissão pode explicar a violência contra mulheres

Colóquio na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa debateu respostas a dar para aplicar em Portugal a Convenção de Istambul sobre prevenção e combate da violência de género

Legislação
Ana Dias Cordeiro

Combater a violência de género – de que as mulheres são as principais vítimas – passa por reconhecer a necessidade de uma mudança de mentalidades na sociedade portuguesa, onde uma desigualdade entre homens e mulheres ainda está muito presente; e por acelerar os processos judiciais, tornar mais eficazes as medidas de coacção aplicadas aos agressores (que muitas vezes não as cumprem) e proteger de forma atempada a vítima.

O primeiro painel do colóquio *Convenção de Istambul e Direito Penal – Criminalidade de Género*, que se realizou ontem na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, também salientou a importância de melhorar a formação e a informação sobre as questões da violência de género, para evitar uma dupla vitimização, e para que quem sofreu a violência possa mais facilmente pedir apoio, reconstruir a sua vida e, antes ou depois disso, prevenir situações de risco ou a sua repetição.

“Muito se evoluiu nesta matéria em Portugal, mas há ainda um longo caminho a percorrer”, concordaram as três oradoras desse primeiro painel no colóquio organizado pelo Centro de Investigação de Direito Penal e Ciências Criminais (CIDPCC) e pelo Instituto de Direito Penal e Ciências Criminais (IDPCC) – ambos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Um exemplo do que já se percorreu: a ratificação por Portugal da Convenção de Istambul (Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica) e a sua entrada em vigor a 1 de Agosto.

A intervenção de Maria Fernanda Palma, professora e directora do CIDPCC, centrou-se nas respostas que pode dar o Direito Penal no quadro da aplicação da convenção. Elza Pais, socióloga, deputada (PS) e ex-secretária de Estado da Igualdade, e Ana Ferreira, jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), realçaram a abrangência da convenção para além das questões jurídicas e deram exemplos de ac-



Em todos países da UE, entre 80% e 90% das medidas de coacção aplicadas aos agressores eram violadas

ções para prevenir a violência e os seus impactos negativos.

O texto não limita a definição de violência de género à violência doméstica e apela a todos os Estados-membros do Conselho da Europa para “introduzirem o reconhecimento desta violência como violência estrutural na definição das suas políticas e dos seus conceitos”, realçou Elza Pais.

Processo legislativo

A deputada lembrou que, no quadro do processo legislativo relacionado com a aplicação da convenção em Portugal, a Assembleia da República se prepara para votar diplomas – sobre casamento forçado, perseguição ou coacção sexual.

Fernanda Palma propôs traçar “paralelismos” entre os crimes de género e os crimes contra a humanidade, no sentido em que ambos

configuram “dinâmicas destrutivas das conquistas civilizacionais”. “Os crimes de género também suportam essa dimensão qualitativa agravada”, disse, defendendo haver aqui uma “base” para a alteração das leis.

“A razão de ser dessa violência é a negação da igualdade entre homem e mulher”, sustentou Fernanda Palma, numa sociedade “onde continua a haver discriminação e onde ainda impera, embora de forma dissolvida, uma cultura de género” e que Ana Ferreira definiu como “cultura de submissão”.

“Temos uma igualdade de direitos na lei” que não se reflecte no quotidiano e no quadro social e cultural, considerou Elza Pais, que denunciou a aceitação e “o silenciamento” dessa desigualdade.

Fernanda Palma propôs que não sejam esquecidas as “situações de conflito psicológico” criadas pela

crise económica e de valores que têm “um impacto” na vida familiar e conjugal para além dos factores relacionados com uma cultura de género. “Existem outros factores que têm a ver com fenómenos de degradação social”, afirmou a académica, definindo “um certo vazio de valores” e “um certo vazio de perspectivas” como potenciadores de violência.

Os dados continuam a ser “chocantes”, disse Ana Ferreira, que realçou o facto de a Convenção de Istambul “estabelecer padrões mínimos de combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica” e permitir resolver um problema que diz ser o da hierarquização das vítimas, dando depois ao PÚBLICO um exemplo: as mulheres vítimas de violência doméstica estão isentas das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde enquan-

to as que foram vítimas de vítimas não o são, o que, para a jurista, “não faz sentido”.

“Em Portugal, evoluiu-se muito no plano legislativo e no plano político, mas existe um longo caminho a percorrer”, disse Ana Ferreira, que qualificou como “questões fulcrais” e “grandes apostas” desta convenção “a ideia de celeridade processual” e “a intervenção imediata”. E referiu que, em todos os 28 países da União Europeia, entre 80% e 90% das medidas de coacção aplicadas aos agressores eram violadas e na maioria não havia acção perante a violação da medida. A jurista lamentou “a falta de reacção por parte das autoridades que desvalorizam os motivos desta violação”.

Também por isso, salientou, cerca de 40 mulheres por ano, em média, têm sido assassinadas em contexto de violência conjugal.



Cultura de submissão explica a violência contra as mulheres?

Colóquio debateu respostas a
dar para aplicar em Portugal
a Convenção de Istambul **p8**



VIOÊNCIA DOMÉSTICA SOBE EM AZAMBUJA



A violência doméstica tem aumentado em Portugal e em Azambuja, também. Como avaliar? Como combater? A quem recorrer?

Estas e outras questões foram devidamente esclarecidas ao longo de um dia de trabalho que envolveu várias entidades ligadas ao fenómeno como as Comissões de Protecção de Jovens e Menores, técnicos e autoridades policiais.

"O fenómeno da violência doméstica também aumentou em Azambuja de 2013 para 2014." diz-nos Maria João Machado, na foto ao centro, a presidente da CPCJ de Azambuja que também assumiu o papel de moderadora num dos painéis em que colaborou a GNR com a contribuição do Sargento Daniel (na foto à direita), do Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas, da GNR; e de Carla Cunha (na foto à esquerda), da Unidade e Cuidados na Comunidade de Azambuja.

De manhã foram oradores o Comandante do

Destacamento de Alenquer da GNR, Capitão Baraças; Aurora Rodrigues, da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas; e de Inês Carapinha e Sara Caetano, representantes da Associação de Apoio à Criança e ao Jovem "Raízes".

Participaram também Ana Batista, da CNPCJ; de Gustavo Duarte, da APAV-Santarém (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima); e de Paula Carvalheira, da Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Não foram apresentadas conclusões mas de uma forma geral, os intervenientes concordaram em que a acção policial deve assumir um papel mais interventivo na recolha de provas, evitando basear-se unicamente nos sempre penosos depoimentos dos queixosos e seus familiares.

Algumas intervenções tiveram questões levantadas pelo público e no final ainda houve tempo para uma apresentação musical do recém criado grupo Vocal Mix.

25% DOS JOVENS ASSUMEM SER AGRESSIVOS NO NAMORO

Simoneta Vicente

simoneta.vicente@sol.pt

Insultos, difamações, bofetadas e tentativas de estrangulamento são os actos mais praticados, indica novo estudo em que participaram 1.500 jovens.

Durante os namoros, 25% dos jovens têm comportamentos abusivos e 22% já foram vítimas deste tipo de situação. As bofetadas, insultos e difamações são as agressões mais comuns, mas em muitos relacionamentos juvenis também se assiste a tentativas de estrangulamento. Os dados constam de um estudo da investigadora e docente da Universidade Fernando Pessoa Madalena Sofia Oliveira que será divulgado em breve.

Com o título "Transmissão intergeracional da violência: o contexto familiar, as relações de intimidade e as crenças dos jovens", o trabalho, realizado ao longo de três anos, assenta em inquéritos a 1.500 estudantes de 57 escolas do ensino secundário e profissional, entre os 15 e os 20 anos, de 26 municípios do Norte e Centro do país.

Nos inquéritos, dos jovens com relacionamento violentos, entre 38% a 42% indicaram os insultos e as difamações como os actos mais praticados. Entre 30% e 40% sinalizaram a bofetada e entre 9% a



Jovens agressivos no namoro estiveram expostos a ambiente familiar violento, diz estudo

15% referiram a tentativa de estrangulamento.

Segundo a autora, estes comportamentos resultam em grande parte das cenas de violência doméstica que assistem no seio da família. «Os jovens expostos a ambiente familiar violento são potenciais agressores», diz Madalena Sofia Oliveira no estudo, concluindo que «a violência transmite-se de geração em geração».

O estudo, a que o SOL teve acesso, refere que metade dos 1.500 jovens admitem ter assistido a insultos (56%) e a gritos (47%) em casa dos pais. Além disso, 255 confessam que, no seu contexto familiar, viram uma pessoa atirar um ob-

jecto contra outra e 210 testemunham alguém a bater noutra.

Nas famílias portuguesas, de acordo com os dados recolhidos, são também comuns as atitudes coercivas: do total de inquiridos, 33% assistiu a um dos elementos do agregado familiar a ser proibido de sair de casa e 14% registou alguém a ser obrigado a trabalhar arduamente e a ser forçado a guardar segredo de um acontecimento.

Para concluir que a violência é mesmo transmitida entre gerações, a investigadora cruzou os dados das agressões nos namoros e da violência doméstica com as crenças dos jovens sobre estes comportamentos. E verificou que

53% acha que os pais batem nos filhos para «os corrigir» e 22% considera que as pessoas «merecem apanhar para aprender». Ao mesmo tempo, 73% concorda que «para uma pessoa magoar outra tem que haver um motivo», enquanto 30% considera que a «violência é um método de resolução de um problema».

'Achem normal o namorado controlar telemóvel'

Apesar de referir que os agressores são de ambos os sexos, o estudo identifica as jovens mulheres como as maiores vítimas.

A forma como a juventude encara a violência está, aliás, a preocu-

par a Associação Democrática de Defesa dos Interesses e da Igualdade das Mulheres. «Os jovens desvalorizam a violência. E acham natural que o namorado controle o telemóvel e a maneira de se vestirem», diz ao SOL Carla Mansilha Branco, presidente desta associação, segundo a qual 10% das 27.218 queixas de violência doméstica apresentadas em 2013 às autoridades são de menores de 16 anos.

Mansilha Branco lembra que, segundo as estimativas, «um em cada quatro jovens portugueses» é vítima de violência no namoro. «É um problema de saúde pública», alerta, explicando que o *cyberstalking* (assédio e perseguição através da internet) é um dos abusos mais praticados nas relações juvenis. Dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) confirmam: 75% da população universitária já foi vítima de *cyberstalking*. A solução, defende Rosa Saavedra, da APAV, é apostar na formação, especialmente na escola.

«As vítimas de uma fase de namoro abusiva tendem a acreditar que tudo melhora no casamento», frisa Mansilha Branco, lembrando que, em vez disso, se assiste a uma escalada da frequência e gravidade das agressões, como prova o facto de este ano já terem morrido 35 mulheres por violência doméstica, mais duas do que em 2013.

GETTY IMAGES



/PRIMEIRO PLANO //VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mais mortes mais queixas e violência está a aumentar

● **Até** ao fim de novembro já havia mais mulheres mortas do que as 37 que faleceram no total do ano passado ● **Associações** pedem mão pesada para os agressores em vez de obrigar vítimas a sair de casa

Gina Pereira
gina@jn.pt

Só esta semana duas mulheres morreram às mãos dos companheiros, totalizando 40 este ano, pelas contas do JN. Associações pedem penas mais duras para os agressores em vez de tirar vítimas de casa

O número de mulheres mortas em contexto de violência de intimidade voltou a aumentar este ano. Os números do relatório anual do Observatório das Mulheres Assassinadas vão ser apresentados terça-feira e, embora sem querer divulgar antecipadamente o número total, Elisabete Brasil confirmou ontem, ao JN, que em novembro já ultrapassava as 37 que o observatório da UMAR-União de Mulheres Alternativa e Resposta contabilizou como total do ano passado. As contas do JN apontam para 40 vítimas mortais até agora.

Há mais mortes e também mais queixas. Dados revelados recentemente mostram que, no primeiro semestre do ano, as forças de segurança receberam 13071 queixas de violência doméstica, mais 291 (+2,3%) do que em igual período do ano passado, depois de em 2013 se ter registado um aumento de 2,4% (num total de 27318 denúncias, sendo 81,4% das vítimas do sexo feminino).

Os distritos com mais queixas são Lisboa (2875), Porto (2544) e Setúbal (1133), mas é

na Guarda e em Viseu que se registou um maior aumento de participações (34,6 e 28,4%, respetivamente). Segundo o Governo, em novembro havia 515 pessoas presas por este tipo de crime.

Haver mais denúncias não é sinónimo de que haja mais violência – pode ser um reflexo de mais visibilidade e de mais sensibilização –, mas Elisabete Brasil diz que é “preocupante” que se mantenham “índices de violência constantes na sociedade portuguesa”. Estima-se que os casos partici-

pados sejam apenas 10% do total. A dirigente da UMAR confirma que as mulheres ainda têm muito medo de apresentar queixa – “o medo é algo que caracteriza as relações violentas e que mantém as mulheres cativas”, diz –, pelo que é importante que a decisão da denúncia tenha consequências “em tempo útil e adequado” para o agressor – como garantir o afastamento da vítima –, o que muitas vezes não acontece. As mulheres não se sentem protegidas, diz.

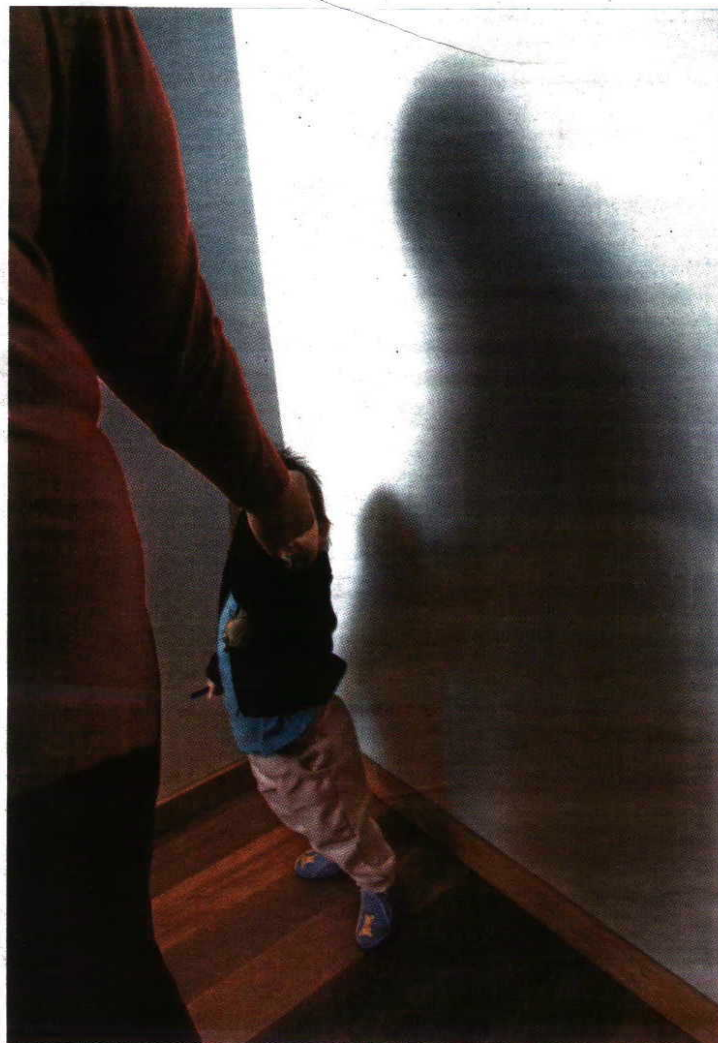
Proteção débil

“Não podemos continuar a insistir num sistema que tem como única proteção a saída das mulheres de casa e a sua ida para casas-abrigos. Em muitas situações fazia mais sentido que fosse o agressor a ser afastado da vítima”, diz, esperando que a nova ficha de avaliação de risco (desde novembro acompanha as queixas-crimes e obriga a uma reavaliação dos casos num prazo curto, se o risco é elevado) venha a potenciar mudanças também no comportamento dos juizes.

A responsável lembra que muitas vezes a denúncia acaba por trazer “um risco aumentado para as mulheres”. “A saída de uma relação violenta, na maior parte das vezes, não acaba com a violência. O agressor continua a perseguir a vítima”, diz, explicando que, este ano, grande parte das mulheres que morreram já tinha saído das relações. Há recados para a justiça: “Precisamos de um sistema que valorize cada situação como situação de risco”. ●

QUANDO A VIOLÊNCIA JÁ NÃO CHOCA NINGUÉM

► Uma simulação realizada por uma organização sueca veio revelar a indiferença das pessoas quando se deparam com uma situação em que uma mulher está a ser vítima de violência física e verbal. A organização sueca STHLM Panda filmou, com recurso a uma câmara oculta, dois casais em elevadores com mais pessoas e divulgou o vídeo em novembro, no Youtube. A dado momento, os casais começam a discutir. Em todos os casos, a discussão vai subindo de tom, com as mulheres a serem vítimas de violência verbal e física. Das 53 pessoas que presenciaram a cena, apenas uma mulher interveio e ameaçou chamar a polícia.



Envio das mulheres para abrigos retirando-as de casa é um sistema a avaliar

Só em Leiria foram abertos 169 casos

“Entre marido e mulher, meta-se a colher”

Mais de uma centena de pessoas, na maioria mulheres, respondeu ontem ao apelo da Associação Mulheres Século XXI e participou numa marcha de sensibilização contra a violência doméstica, em Leiria. Segundo Isabel Gonçalves, da organização, este ano já foram abertos 169 casos (num total de 1515 em sete anos), foram feitos 900 acompanhamentos psicológicos e 47 mulheres foram encaminhadas para casas-abrigos (com 39 crianças). Ali, houve duas mortes e uma tentativa de homicídio por violência doméstica. FP.





Angelina vive sozinha e passa os dias na fisioterapia por causa dos ferimentos que sofreu

PERFIL //

Angelina Félix
53 anos

SOBREVIVENTE DESDE QUE NASCEU

Angelina é uma sobrevivente desde que nasceu, no Porto. Foi a única que vingou no ventre da mãe, que engravidou mais cinco vezes. Em criança, foi para Valongo dos Azeites com os pais, que eram caseiros e tinham terras. Estudou até ao antigo 5.º ano, em Penedono, tirou a carta de condução. Aos 20 anos, casou com Manuel Baltazar, que perdeu os pais e havia ficado sozinho com sete irmãos, alguns menores. Angelina cuidou de todos e, em troca, recebeu maus-tratos do marido. Aguentou tudo, até ao dia em que Baltazar foi de propósito buscar a sogra, para que esta o visse dar duas bofetadas na filha. Angelina saiu de casa e sobreviveu ao tiro do marido.

● **Angelina**, baleada pelo ex-marido, vive aterrorizada com ideia de Baltazar ser libertado

“A JUSTIÇA NÃO TEM LEIS PARA HOMENS COMO O ‘PALITO’”

Sandra Ferreira
polícia@jn.pt

Angelina Félix, ex-mulher de Manuel “Palito”, vive aterrorizada com a ideia de o homem poder sair da cadeia. Fala pela primeira vez do dia em viu morrer a mãe e a tia, e a filha ser ferida com tiros de caçadeira.

Angelina acende a lareira da cozinha, ajeita os cavacos com a tenaz e

senta-se num banco. Aos 53 anos recupera do tiro de caçadeira disparado pelo ex-marido, Manuel Baltazar, de 62 anos, conhecido por “Palito”. Atingiu-a numa perna, desfez-lhe o fémur. Após duas cirurgias, ainda coxeia ligeiramente e fica sem forças quando percorre mais de 100 metros.

A casa onde Angelina vive sozinha, em Valongo dos Azeites, pertenceu à mãe e fica a menos de um quilómetro do local onde, há sete meses, a tragédia fez sair do anonimato

esta pacata aldeia de S. João da Pesqueira. “Estou viva, mas a que preço?”, questiona-se todos os dias.

17 de abril deste ano. Tarde de quinta-feira santa. Angelina, a filha Sónia, de 31 anos, a tia e a mãe confeccionavam bolos para a Páscoa, num forno. Angelina ouviu um estrondo, que nunca julgou serem tiros. Estava a perguntar o que tinha acontecido, mas não concluiu a frase. Foi tudo muito rápido. Tentou agarrar a tia que foi em sua direção e, ao mesmo tempo, olhou para a

própria perna. “Eu só pensei: mas o que se passou aqui, que tenho a perna desfeita?”. Levantou a cabeça, viu o ex-marido com uma caçadeira. Lembra-se de ouvir a filha agarrada ao pai, a gritar, tentando impedi-lo. A mãe já havia sido

morta. “Não houve uma troca de palavras entre mim e ele”, diz Angelina. Palito fugiu (ler texto ao lado). “O que mais me custou foi ver a minha tia sem vida, caída aos meus pés”, conta, sem segurar as lágrimas, que seca depois de afastar os óculos.

“Tratava-me como escrava”

Cinco anos antes, Angelina pôs fim ao casamento. “Palito” trabalhava quando lhe apetecia, e ela, de manhã à noite, em casa e no campo. “Tratava-me como escrava, humilhava-me”, recorda. A paz, encontrava-a a fazer caminhadas e a saltar e a correr com as crianças. Está consciente de que “essa vida acabou”. Agora, passa os dias a fazer fisioterapia. À noite, chora no silêncio. “Não tenho o essencial, a saúde, nem ilusões na vida”, diz, interrompida pelo som da campainha.

Angelina desce as escadas e regressa em poucos minutos. “Estão a ver?”, diz a sorrir, abrindo um saco atestado de morcelas que uma vizinha lhe acaba de lhe dar. “Aqui, ninguém me deixa faltar nada”.

Os filhos, a viverem na Régua, estão atentos, mas a mãe faz questão de os manter afastados da história, tanto quanto possível, como sempre fez. “Mostrei o pai que não ti-

nam”. Tanto quanto sabe, Baltazar não tentou desculpar-se perante a filha.

Medindo as palavras, descreve o ex-marido como um homem “maquiavélico, inteligente, que sabe manipular tudo e todos”. “Eu tenho muito medo dele e vivo aterrorizada com o que ainda pode fazer. Não a mim, mas a quem me rodeia”, diz, convencida de que, há sete meses, a intenção de “Palito” era tirar a vida às quatro. “À minha tia, porque me defendia sempre. À minha mãe, porque deixou de lhe dar dinheiro e, dividida, não me conseguia convencer a voltar para casa. E à minha filha, porque estava do meu lado. Eu? Porque me recusava a voltar para ele”, afirma.

Angelina foi uma espécie de impulsora do divórcio em Valongo dos Azeites. “Quando me separei, outras mulheres seguiram-me o exemplo. Só que voltaram todas para os maridos. Todas menos eu”, diz, inquieta. “Ele (‘Palito’) é muito orgulhoso e eu também teria de voltar. A bem ou a mal”, diz, inquieta. “A Justiça não tem leis para homens como ele, que sabe como enganar todos. Mesmo que apanhe 25 anos de cadeia, quando sair, vem acabar o que começou”, acredita. ●

“MESMO QUE APANHE 25 ANOS, QUANDO SAIR VEM ACABAR O QUE COMEÇOU”



Saiu de casa e esteve oito meses refugiada na APAV

HÁ QUASE seis anos, Angelina Félix separou-se de Manuel Baltazar. Disse à mãe que ia acabar com a relação e trabalhar, mas não disse para onde. Foi nessa altura que esteve refugiada oito meses na Associação de Apoio à Víctima (APAV), em Vila Real. Depois, manteve-se por esta cidade, onde arranhou um emprego a fazer limpezas e alugou uma casa. "Palito" descobriu-a, quando foi para assinar os papéis do divórcio e começaram as perseguições e as inúmeras queixas às autoridades policiais apresentadas pela mulher.

Em setembro do ano passado, quando o marido, Manuel Baltazar, por ordem judicial, já estava obrigado a manter-se a uma distância mínima de 400 metros da ex-mulher, apanhou-a no cemitério de Valongo dos Azeites. Ali, quis obrigá-la a voltar para casa, sob a ameaça de uma foíce. Angelina conseguiu enganá-lo, dizendo-lhe que ia com ele. Mas como seguiam em carros diferentes, a vítima parou num café, onde se refugiou e chamou a GNR.

Desde então, Manuel Baltazar passou a ser vigiado por pulseira eletrónica, que cortou no dia em que ocorreram os crimes. ●

ANGELINA FUGIU PARA VILA REAL, MAS ELE DESCOBRIU-A E COMEÇOU A PERSEGUI-LA

VÍTIMAS DE "PALITO" MORTAS A TIRO

Elisa Barros
/65 anos
Tia de Angelina Félix, havia regressado de França há cerca de um ano, onde estivera emigrada. Era uma das principais defensoras da ex-mulher de Palito.



Lina Silva
/86 anos
A mãe de Angelina Félix simpatizava com "Palito" e estava dividida. Não queria que a filha se divorciasse, mas também não a queria ver infeliz.



Conseguiu fugir durante 34 dias



RUÍ MANUEL FERREIRA / GLOBAL IMAGES

DEPOIS de ter cometido os homicídios, a 17 de abril do ano passado, Manuel Baltazar fugiu para os montes e só foi capturado 34 dias depois.

Durante mais de um mês, a GNR e a Polícia Judiciária bateram a zona, envolvendo mais de 200 homens e cavalos, distribuídos por várias zonas de mato e pinhal, de propriedades agrícolas dos concelhos de S. João da Pesqueira e Penedono, num autêntico jogo do gato e do rato. Caçador experiente, Baltazar foi avistado várias vezes, nomeadamente pelo padeiro da zona, com quem falou, mas voltava a desaparecer sem deixar rasto.

Manuel Baltazar foi capturado a 21 de maio, quando voltou a casa, em Trevões, onde a polícia havia montado, desde o primeiro dia de fuga, vigilância eletrónica.

Após ter sido ouvido no Tribunal de S. João da Pesqueira, saiu acusado de dois crimes de homicídio qualificado e outros dois na forma tentada. Está preso no estabelecimento prisional de Vila Real. Ainda não tem julgamento marcado. ●

"Palito" foi preso após andar um mês no mato

OUTROS CASOS



LUIS FILIPE CORTO / GLOBAL IMAGES

Morta à pancada e abandonada em pinhal

uma mulher, de 34 anos, foi encontrada morta, na passada terça-feira, num pinhal frequentado por prostitutas, em Barosa, Leiria. Elsa foi espancada e abandonada ao carro. A PJ suspeita tratar-se de um crime cometido em contexto de violência doméstica.



Mata mulher em casa e suicida-se no carro

Maria da Conceição Oliveira, 46 anos, foi encontrada morta e amarrada na cama, na mesma terça-feira, dia 2, na casa onde vivia, na Póvoa de Varzim. O companheiro, único suspeito, foi visto a sair do local num carro e suicidou-se, horas depois, em Braga.



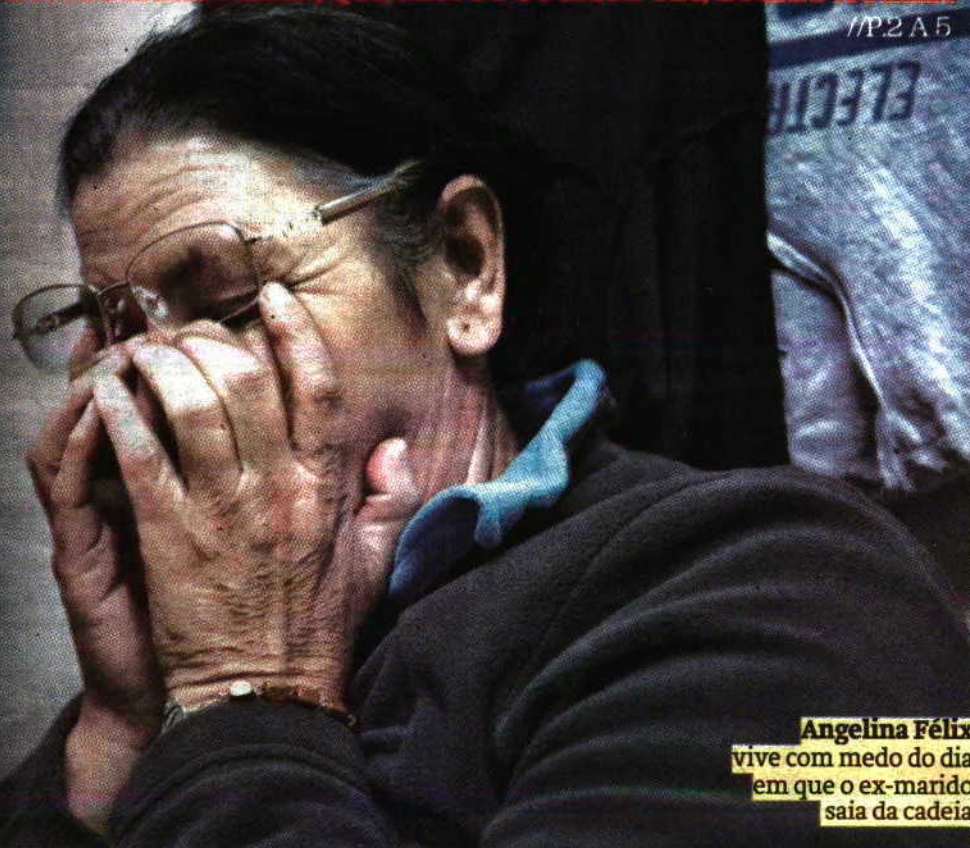
Assassinada pelo cunhado ao defender irmã

Maria Etelvina, de 35 anos, foi esfaqueada pelo cunhado, em Nevogilde, Lousada, no final do mês passado, quando estava a defender a irmã, vítima de violência doméstica. O indivíduo acabou por se entregar à GNR e está em preventiva.

ANGELINA CONTA COMO SOBREVIVEU A BALTAZAR, QUE MATOU SOGRA E TIA, E FERIU A FILHA

//P.2 A 5

“A justiça
não tem leis
para homens
como o ‘Palito’”



Angelina Félix
vive com medo do dia
em que o ex-marido
saia da cadeia

Violência em casa já matou 40 mulheres

Há mais vítimas mortais do que em 2013 e aumentaram queixas por maus-tratos
515 agressores estão na cadeia mas associações querem penas mais pesadas



1105 agressores sinalizados e 277 com pulseira eletrónica



Dificuldades económicas estão a avolumar problemas de violência na conjugalidade

Sistema de suporte das pulseiras eletrónicas no "limite das suas capacidades", diz diretor do serviço

Dina Margato
dina.margato@jn.pt

SÃO 1105 os agressores masculinos em quadro de violência doméstica sob a mira da Justiça. Acompanhados pelo Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) estão 533; outros 572 ganharam sinalização pelos tribunais no decorrer do último ano e meio,

podendo a maior parte vir a integrar a obrigatoriedade de igual terapia. Devido a este crime, 277 homens usam pulseira eletrónica.

O diagnóstico reporta apenas aos agressores considerados de médio risco (violência física e psicológica), não considerando os homens que cometeram tentativa de homicídio ou assassinato. Desde 2009, 769 cumpriram o PAVD. Há ainda o grupo dos detidos: mais de 500, entre os que cumprem pena e os que aguardam julgamento.

O perfil do agressor ontem divulgado pelos responsáveis pelo PAVD e pela Direção-Ge-

ral de Reinserção e Serviços Profissionais (DGRSP), que partiu da análise de 357 pessoas, revela um grosso de homens situado entre os 31 e os 60 anos (78%), sendo a principal faixa a que fica entre os 41/50 anos. "Mas há casos dos 18 aos 86 anos", sublinhou Paula Carvalheira, do PAVD. Um quinto daqueles vivia com a vítima na altura da terapia e um décimo em companhia de nova mulher. 53% não tinham historial de outros crimes e 16% apresentavam outros delitos.

Nuno Caiado, diretor de Serviços de Vigilância Eletrónica, avisa das dificuldades dos téc-

HOMENS QUE CULPAM AS MULHERES

► Os agressores têm tendência a imputar à mulher a responsabilidade pela violência. "Ela é que tem a culpa. Ela é que infernizou a sua vida", dizem os especialistas. Grande parte julga-se o centro do Mundo e minimiza a vítima. Quanto mais pequena ela fica, maiores eles são. A violência é sempre justificada por causas externas. A vítima acaba por acreditar que não tem valor e que aquilo é o melhor que ela consegue.

nicos em dar assistência a tantos casos. "Há um esforço enorme dos profissionais e as medidas estão a ser cumpridas". Mas reconhece existir um problema. "Estamos no limite das nossas capacidades. Se ultrapassarmos 300 casos em simultâneo, vamos ter dificuldade em responder de modo adequado aos tribunais". No total, haverá 729 pulseiras no ativo.

A violência na conjugalidade aumentou nos últimos anos. "Num clima de crise, tende a diminuir o furto e o roubo e a violência doméstica a aumentar", disse o subdiretor da DGRSP. ●

Crise aumenta intensidade da violência

BALANÇO UMAR

A **CRISE** económica fez aumentar a intensidade e a frequência da violência doméstica, avaliou ontem Ilda Afonso, diretora técnica do centro de atendimento P'RA TI, no quinto aniversário do projeto do Porto da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta.

"Onde já havia violência doméstica, essa violência é mais intensa porque as pessoas estão desesperadas. Um homem que já não consegue lidar com as frustrações e que exercia humilhação, agora pode passar para a violência física", disse Ilda Afonso.

A responsável salientou

que o aumento de denúncias, ao longo dos anos, pode não refletir que o fenómeno aumentou, mas que mais mulheres procuram ajuda.

O número de homicídios no âmbito da violência doméstica foi o mesmo este ano (40 mulheres assassinadas) do que em 2004, assinalou. "Quando em dez anos continuamos com o mesmo número de homicídios é porque alguma coisa está a falhar no apoio às vítimas", declarou a diretora do P'RA TI.

O centro situado no Porto atendeu 19 790 mulheres desde 2009, a maior parte do concelho do Porto, mas também oriundas de Gaia e Gondomar. A mais jovem tinha 16 anos e a mais velha 86, sendo

a idade média daquelas mulheres de 41 anos. Quase todas (87%) eram portuguesas e quase metade (47%) estavam desempregadas, contra 38% de mulheres com emprego.

Para todas elas, é preciso uma resposta diferenciada,

disse Ilda Afonso, salientando o facto de não haver respostas intermédias, como o apoio ao arrendamento e compra de artigos para a casa para as mulheres que têm emprego.

Metade das mulheres atendidas pelo centro P'RA TI eram casadas e muitas delas com o Ensino Secundário e uma licenciatura. "São mulheres de todas as condições sociais, de todos os níveis culturais", disse. O momento da separação "é o mais crítico e pode ser perigoso", indicou. "Os agressores percebem e querem segurar aquela mulher a toda a força. Muitas vezes, matam ou deixam marcas para toda a vida".

DORA MOTA





Mais de mil
agressores
sinalizados //P.8

ENTREVISTA: TERESA MORAIS

Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

O combate à violência doméstica tem sido uma das bandeiras da área que tutela, mas as 40 mortes de mulheres em 2014 estão longe de ser abonatórias. A governante observa que as penas aplicadas têm ficado aquém do permitido por lei e insiste na importância da educação e da prevenção

“As mulheres pagam com a vida a sua libertação dos agressores”

OCTÁVIO LOUSADA OLIVEIRA

Desde o início de 2014 já morreram 40 mulheres às mãos dos maridos ou companheiros.

O que é que continua a falhar?

Eu não tenho confirmação oficial desses números – só terei quando sair o relatório anual de Segurança Interna –, que são de uma organização não governamental, a UMAR [União de Mulheres Alternativa e Resposta]. Pelos critérios utilizados, os números não são todos relativos a homicídio conjugal, isto é, não são 40 as mulheres mortas pelos maridos, ex-maridos ou companheiros, mas também por outros familiares. Agora, pode falhar a prevenção, quando as circunstâncias são suscetíveis de ser prevenidas. De acordo com os números da PSP, 80% das situações não tinham nenhuma queixa prévia, não havia nenhum indício que pudesse levar a que aquela família fosse sinalizada.

Também pode falhar a avaliação de risco. Mas, sobretudo, o que falha é a questão cultural. Estamos num país que tem nas suas raízes uma desigualdade estrutural entre os homens e as mulheres e que tem uma tolerância excessiva relativamente à violência exercida sobre as mulheres.

Recentemente afirmou que há em Portugal “uma cultura secular de silêncio e de subjugação da mulher”. Como é que se combate este fenómeno?

Mantenho essa frase em absoluto. Muitos homens consideram que as mulheres lhes pertencem, e é isto

que justifica que tenhamos declarações de homicidas dizendo que se as mulheres não são deles não podem ser de mais ninguém. Por outro lado, está provado – até por um estudo do Ministério da Administração Interna – que a separação ou a ameaça de separação estava presente em todos os crimes de violência conjugal. Isto significa que as mulheres estão a pagar com a sua própria vida a sua autonomização e a sua libertação relativamente aos seus agressores. Isto combate-se através de campanhas de sensibilização, de ações junto dos diversos setores da comunidade e de maior aposta na educação.

Apesar de este ser um crime público, parece subsistir a lógica de que “entre marido e mulher não se mete a colher”. Como é que se generaliza o apelo à denúncia?

Esse apelo tem sido feito, mas admito que ainda não seja suficiente. Fizemos nos últimos anos muitas campanhas direcionadas para essa ideia.

Há ainda um trabalho muito intenso a fazer com a comunidade. Ainda existem muitas famílias em que os pais aconselham as filhas a permanecer nessas relações violentas. Ou em que chegam à porta de uma casa-abrigo e pedem às filhas que se vão embora porque a permanência é uma vergonha para a família.

A vizinha Espanha também tem números muito elevados neste capítulo. Este será um problema de cariz cultural?

Julgo que existe um elemento comum nas culturas do Sul da Europa relativamente a essa tolerância com a desigualdade e com a supremacia

dos homens. No entanto, um estudo recente da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia surpreendeu negativamente os países do Centro e Norte da Europa. E há outras formas de violência que são até muito expressivas e muito graves. Estou a falar da mutilação genital feminina, que afeta milhões de meninas, dos casamentos forçados, da forma como são tratadas algumas mulheres na Ásia, que não conseguem cumprir a entrega do dote e frustram assim a expectativa que criaram na família do marido. Há uma generalização muito grande das formas de violência contra as mulheres no mundo inteiro.

E até há estudos que indicam que um quarto das jovens portuguesas são vítimas de violência ainda na fase do namoro...

Exatamente. O mais grave de tudo é que não reconhecem essas práticas como sendo violentas. Muitas vezes uma rapariga sujeita-se a determinado tipo de violência porque acha que aquilo é também uma demonstração de amor. E quando algumas figuras que são modelos para os nossos jovens são vítimas de violência doméstica e a seguir são fotografadas de novo com os seus agressores, como se nada tivesse acontecido, isto dá à violência um ar de normalidade que não dá um bom exemplo.

Existe um défice de médicos e técnicos para tratar destas questões? Não me parece. O que há é necessidade de multiplicar a formação desses técnicos. Isso está a ser feito através das administrações regionais de saúde [ARS], que vão replicá-la em 2015. Ainda há profissionais de saúde que têm dificuldade em saber como lidar com uma situação de violência.



PERFIL

» Nasceu a 21 de julho de 1959.

» Licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, onde também fez o mestrado e foi doutoranda.

» Jurista, docente na Faculdade de Direito de Lisboa e da Universidade Lusíada.

» **A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade já integrou o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e fez também parte da Comissão Fiscalizadora dos Centros Educativos. Entre 1984 e 1994 exerceu advocacia e, posteriormente, assessorou juridicamente a Presidência do Conselho de Ministros durante o governo de Cavaco. Foi deputada entre 2002 e 2005 e, a partir de 2009, foi vice-presidente da bancada do PSD, na qual coordenava as áreas da Justiça e da Igualdade. A área não lhe é de todo estranha, até porque já nessa altura liderou a Subcomissão de Igualdade. Antes já tinha sido membro do grupo de trabalho para a revisão do regime da adoção.**

Em muitos casos, há denúncias prévias – sem ações imediatas em conformidade – até se chegar à tragédia da morte da mulher. Há falta de sensibilidade das forças policiais?

A falta de sensibilidade foi diminuindo ao longo dos anos e hoje as nossas forças de segurança estão muito mais preparadas e sensíveis. Fizemos um caminho importante também por força do investimento que se fez em formação. Só em 2013, mais de nove mil elementos das forças de segurança tiveram formação em violência doméstica e neste ano espera-se atingir um número próximo de 11 mil entre PSP e GNR. A sensibilidade existe na esmagadora maioria dos casos. Infelizmente, há exceções.

A moldura penal para este tipo de crimes devia ser mais severa? Tem articulado posições com a ministra da Justiça?

Não tenho discutido esse assunto com a ministra da Justiça, que tem a competência nessa matéria no sentido de o governo eventualmente propor uma alteração legislativa. A minha opinião pessoal é de que, não me chocando que a moldura penal fosse superior, o principal problema está na forma como os tribunais a aplicam ao caso concreto. E ficámos a saber, num seminário no âmbito das Jornadas Nacionais contra a Violência Doméstica, por uma ma-



ORLANDO ALMEIDA/OLYMPIA IMAGES

“Temos de provar o dobro para chegar ao mesmo lugar que um homem”

O mercado laboral continua a ser o espelho de muita desigualdade, nomeadamente nos cargos de chefia e nas instâncias mais altas das empresas. O que é que está a ser feito para o contrariar?

Ao contrário do que muitas pessoas previam e do que muitas continuam a dizer, não há em Portugal nenhum retrocesso em matéria de igualdade de género, pelo contrário. O relatório do Fórum Económico Mundial mostra que o país subiu 12 posições no ranking e que os gaps entre homens e mulheres têm vindo a reduzir-se. Agora, a diferença salarial, por exemplo, existe, tem de ser combatida e estamos a fazê-lo. O nosso pior indicador é a presença de mulheres nos conselhos de administração das empresas (9%). Não piorámos, mas não há nenhuma dúvida de que o progresso é lento e insuficiente. Aprovámos uma resolução do Conselho de Ministros, em 2012, que obriga as empresas do setor

tares, a representação em organizações internacionais, as comissões – em que se justificaria introduzir essa preocupação. Mas como para isso não existe uma lei, essa matéria fica sujeita à vontade e discricionariedade das lideranças parlamentares. Desafio-o a perguntar aos líderes parlamentares por que razão não põem mais mulheres em lugares de destaque.

O poder político não devia dar o exemplo também neste assunto? O poder político tem evoluído. E hoje temos uma participação de mulheres na vida pública e política muito mais significativa, em boa parte por força da própria lei da paridade. Mas estou de acordo que há universos, designadamente o autárquico, em que o equilíbrio está muito longe de ser alcançado. Parece-me que existe essa preocupação, mas não produziu ainda os resultados suficientes.

É favorável a uma espécie de lei geral de quotas para o género?

“
O pior indicador é a presença de mulheres em conselhos de administração

Sou favorável à legislação de quotas em todos os universos em que cheguemos à conclusão de que por um percurso natural não chegaremos lá em tempo útil.

A música de James Brown dizia que este é “um mundo de ho-

mens”. Até quando?

Enquanto os poderes não conseguirem contrariar essa tendência, e também enquanto os homens não perceberem que esse mundo dominado por eles não corresponde ao mundo real e às mulheres, em alguns casos, o permitirem. As mulheres têm um papel muito importante e, nalguns casos, têm sido demasiado passivo. Há muitas mulheres que, quando chegam a um lugar de direção ou a um cargo de decisão política, dizem que nunca sentiram a existência de discriminação e que acham que ela não existe. A experiência pessoal dessas mulheres não retrata o mundo e, portanto, também ajudaria se essas mulheres percebessem que o seu percurso pessoal não é comum nem é o paradigma do que acontece à maior parte das mulheres, que verdadeiramente sofrem restrições e têm de provar o dobro para chegar ao mesmo lugar a que chega um homem.

gistrada, que na maior parte dos casos, as penas aplicadas são inferiores a metade dos limites possíveis. **Os juízes estão a ser brandos? Poderiam evitar mortes, até pelo efeito dissuasor, ao endurecerem as penas?**

Não colocaria a questão dessa forma e temos de respeitar a avaliação que o poder judicial faz de cada caso. Mas os dados disponíveis mostram que as penas aplicadas a estes crimes são, geralmente, baixas e que, na maioria dos casos, são suspensas, apesar de termos hoje o maior número de sempre de pessoas reclusas pela prática desse crime. O que também me parece é que os magistrados poderiam aplicar mais frequentemente a medida de teleassistência para proteção das vítimas, bem como a decisão de afastamento do agressor da residência, que a lei prevê há vários anos, com vigilância eletrónica.

Qual é o ponto da situação do processo legislativo no que diz respeito às rendas apoiadas? Está no Parlamento. Dentro de poucos meses estará aprovada. Em relação às III Jornadas contra a Violência Doméstica, qual foi a razão do convite a Bárbara Guimarães para ser oradora?

“
As penas aplicadas a estes crimes são, geralmente, baixas

Teve exatamente a mesma motivação que os outros convites feitos às outras dez mulheres: serem figuras públicas que estivessem dispostas a falar do problema e a ajudar-nos a chamar a atenção da população. **Mas o facto de ser uma figura pública associada a um caso de violência doméstica não contribuiu?**

Isso eu não posso dizer, só as pessoas que têm assistido é que poderão dizer se há, do ponto de vista delas, um impacto especial pelo facto de uma determinada pessoa ter participado.

Sendo esta uma questão também política, que leitura fez do facto de António Costa a ter levado ao Congresso do PS?

Não quero fazer nenhum comentário desenvolvido. Quero apenas dizer que todas as pessoas são bem-vindas a esta causa que o governo elegeu como prioridade no seu próprio programa, há três anos. **Parece-lhe necessário que se crie uma comissão no Parlamento para acompanhar este tema?**

Não me parece, porque a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias tem todas as competências e tem feito um trabalho intenso sobre esta matéria, até no âmbito de um grupo

de trabalho que foi constituído para estudar as alterações legislativas que decorrem da ratificação da convenção de Istambul.

Desde 2012, 229 crianças foram afetadas por este drama familiar e 121 ficaram órfãs. Que apoios lhes deve ser prestado?

Não tenho competências específicas na área da proteção da infância – a tutela é partilhada entre a Justiça e a Segurança Social. Mas, evidentemente, o sistema de proteção de crianças e jovens tem respostas para as crianças que ficam numa situação de vulnerabilidade. Nós temos quase tantas comissões de proteção de crianças e jovens como municípios. Deve olhar-se para esses números com atenção, pensar se há mais alguma coisa que deva ser feita para além daquilo que existe no nosso sistema para proteção destas crianças, designadamente se estão a ter todo o apoio psicológico que precisam de ter.

Como se faz que uma criança que passa por este drama volte a acreditar na instituição da família? Julgo que o que se tem é de proteger essa criança e tentar através de todos os apoios que lhe sejam dados, designadamente os psicológicos, tentar que perceba que o mundo não é necessariamente assim; deve ser ajudada a acreditar que existe um mundo que pode ser melhor do que aquele que a traumatizou.

ENTREVISTA

"AS MULHERES PAGAM COM A VIDA A SUA LIBERTAÇÃO DOS AGRESSORES"

● Teresa Morais tem como bandeira o combate à violência doméstica. A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade diz que penas aplicadas ficam aquém do que a lei prevê. **PORTUGAL** PÁGS. 10 E 11

**Zoom // Parlamento**

**Crime de violação
é discutido pela
segunda vez
este ano**

ANTÓNIO COTRIM/LUSA



Crime de violação. “É preciso retirar à vítima o ónus da resistência”

SUSETTE FRANCISCO
susete.francisco@jonline.pt

O acórdão do Tribunal da Relação do Porto serve de exemplo. Em 2011, um psiquiatra foi absolvido do crime de violação de uma mulher, grávida de oito meses, por que os juízes consideraram que os actos praticados não foram suficientemente violentos para constituir crime. O Tribunal deu como provado que houve empurrões e puxões de cabelo, mas considerou não estar perante “um acto de violência que atente gravemente contra a liberdade da vontade” da ofendida. Com a questão centrada na capacidade de resistência que a vítima teria ou não, o veredicto ditou que não foram preenchidos “os elementos objectivos do tipo do crime de violação”.

A Assembleia da República vai discutir hoje, pela segunda vez este ano, se altera o quadro legal do crime de violação. A mudança é substancial – o crime deixa de assentar na existência de violência ou ameaça grave sobre a vítima, tal como exige actualmente a lei, e passa a centrar-se no não consentimento do acto sexual. “É preciso retirar à vítima o ónus da resistência”, diz ao *i* a deputada do BE Cecília

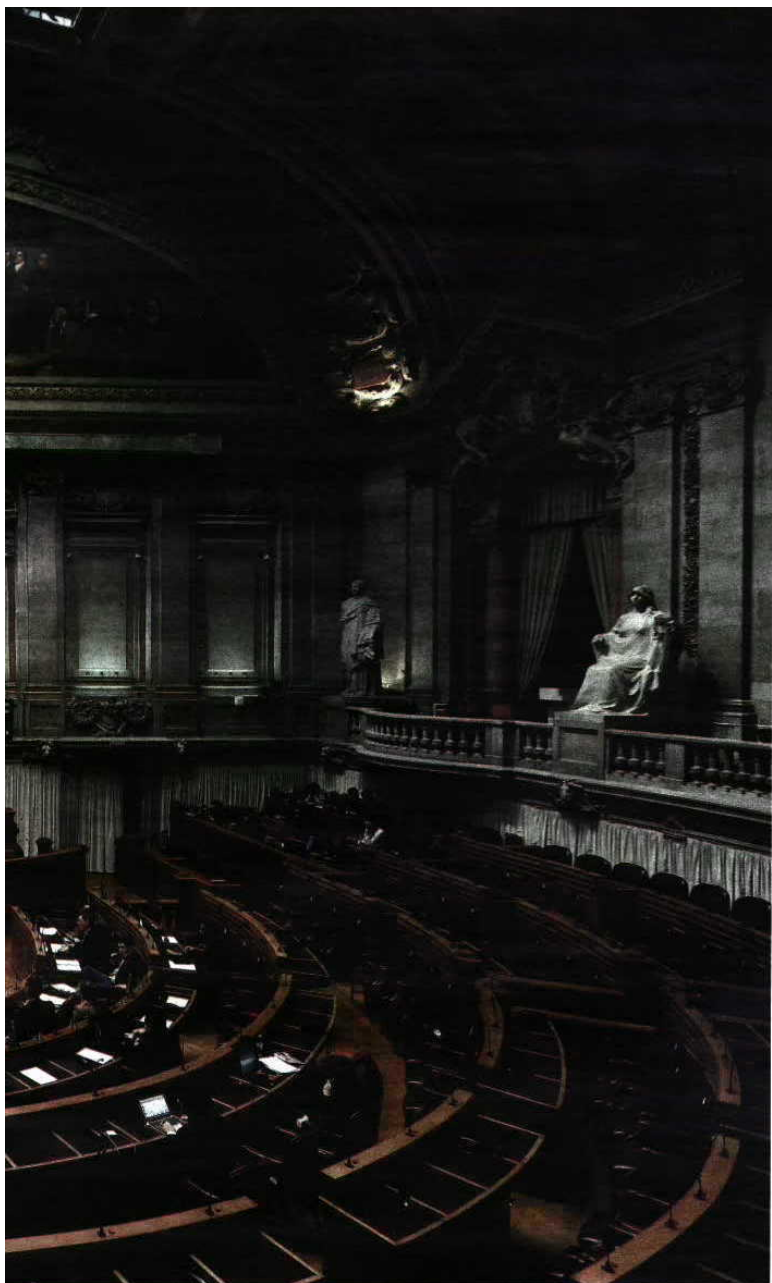
Honório. Na maioria há abertura para deixar passar a proposta para discussão na especialidade.

O Código Penal português estabelece que comete o crime de violação quem constringer outra pessoa a praticar actos sexuais “por meio de violência, ameaça grave, ou depois de a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir”. Ou seja, não basta a falta de consentimento da vítima para que haja crime.

O projecto do Bloco que hoje vai a debate quer substituir esta definição e mudar o conceito. “Quem, sem consentimento, expresso por qualquer meio, constringer outra pessoa à prática de actos sexuais (...) que atentem contra a liberdade e autonomia sexual, é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos” é a proposta que consta do texto bloquista. A violência ou ameaça grave tornam-se circunstâncias agravantes do crime.

Carla Rodrigues, deputada do PSD que acompanha estas matérias, diz que a formulação “levanta algumas reservas” e que “precisa de ajustamentos”. A decisão sobre o sentido de voto só será tomada hoje, mas a deputada deixa a porta aberta a uma viabilização do projecto (seja por via da abstenção ou da não votação), para

Código Penal diz que, para haver violação, tem que existir violência ou ameaça grave sobre a vítima. BE quer pôr o assento no não consentimento



debate posterior em comissão parlamentar. E não afasta a hipótese de a própria maioria vir a apresentar mais tarde uma proposta sobre o mesmo tema.

CRIME PÚBLICO NÃO PASSA Pelo caminho deverá ficar um outro projecto do BE, que também sobe hoje a plenário e que pretende que a violação se torne crime público (ou seja, que deixe de depender de queixa da vítima, como acontece actualmente). O tema já foi longamente debatido este ano, com todos os partidos a manifestarem reservas e as associações que trabalham no terreno a dividirem-se sobre a melhor opção. Em cima da mesa surgiu aliás uma outra hipótese, uma solução intermédia que passaria pela possibilidade de o Ministério Público avançar sem queixa, mas numa ponderação caso a caso. Esta solução foi defendida pela deputada socialista Isabel Moreira. O *i* contactou ontem a parlamentar do PS, que esteve indisponível para comentar.

Já Cecília Honório mantém que a definição da violação como crime público é a que melhor acautela o interesse da vítima e da comunidade. Sobre o perigo de o processo judicial à revelia da vontade

da vítima contribuir para uma "revitimização", a deputada do Bloco de Esquerda argumenta que esta mesma discussão foi feita a propósito do crime de violência doméstica (que é actualmente um crime público): "O temor foi idêntico".

AINDA A CONVENÇÃO DE ISTAMBUL Os projectos do BE, que irão a votos no final da semana, já estiveram em discussão este ano no parlamento, no âmbito de um grupo de trabalho que funcionou na anterior sessão legislativa e que transpôs para a lei portuguesa as conclusões da Convenção de Istambul – e que levou à criação de novos crimes, caso do stalking ou dos casamentos forçados. As duas medidas que agora surgem em diplomas diferentes – e que são recomendações da Convenção – constavam então de um único projecto, que até começou por ser aprovado na generalidade pelos deputados. Mas acabou chumbado na especialidade, com todos os partidos a acusarem o BE de querer precipitar a votação.

De acordo com o Relatório de Segurança Interna relativo a 2013 houve, nesse ano, registo de 344 casos de violação. A APAV recebeu, em 2013, 83 pedidos de ajuda de vítimas de violação.

P&R

Ana Ferreira

Jurista da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima)



“A letra actual da lei é bastante perigosa”

No entender da APAV, a alteração ao crime de violação faz sentido? Faz todo o sentido. Desde logo porque aquilo a que assistimos, até em termos de jurisprudência, é que a letra da lei permite a interpretação errónea de aliar o conceito de resistência a uma resistência física. É óbvio para nós que o não consentimento da vítima, expresso de que forma seja, é que é determinante. É preciso ter em conta que muitas das vítimas de violação passam por um processo que, psicologicamente, é definido como “congelamento” – a vítima fica imóvel, por medo ou por se sentir impotente, e não consegue reagir de uma forma física. Nem deve ser a isso obrigada, esta ideia subjacente de resistência física faz com que seja desvalorizado aquilo por que a mulher passa. Consideramos que é extremamente importante que seja expresso, de forma clara, que o não consentimento basta para a verificação do crime, passando o exercício de violência, a ameaça grave, a constituir factor de agravamento da pena. É o que faz sentido.

Há muito trabalho de formação e até de evolução da própria mentalidade social – no fundo anular um bocadinho uma certa perspectiva de culpabilização da vítima por determinados comportamentos, como se estes contribuíssem de alguma forma para o crime.

Existe a ideia de que o crime de violação é sobretudo praticado por estranhos, o que não é verdade... Não, na maior parte dos casos as vítimas conhecem os seus agressores, há muitos casos de violação na intimidade. Todos os estudos revelam que essa associação é errónea.

E a definição da violação como crime público, concorda? Tivemos alguma discussão interna sobre este assunto, mas somos abertamente favoráveis a essa alteração legislativa, que poderá chamar a atenção da comunidade para o problema e para a necessidade de serem tomadas medidas. E tem um efeito dissuasor que nos parece relevante. A grande preocupação é a diminuição das cifras negras.

Há quem manifeste reservas sobre esta formulação, que pode ser demasiado vaga... A nós não nos cabe avaliar qual é a melhor expressão. O importante é que seja claro que é o não consentimento da vítima que é essencial. A letra actual da lei é bastante perigosa. Esta ideia de que a garantia do não consentimento basta foi colocada, nestes mesmos termos, pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. O que se determinou é que qualquer acto cometido contra uma pessoa, sem o seu consentimento, mesmo que esta não dê sinais de resistência, constitui violação. Ou seja, isto é algo que decorre da própria interpretação internacional. O ónus de resistência da vítima é, na prática, uma violência imensa sobre as vítimas. Claro que a lei não responde, por si, a todas as questões.

Não é uma solução consensual... Não consideramos de somenos importância as razões que levam algumas entidades a defender o cariz semipúblico deste crime. De facto, o próprio processo judicial pode ser um elemento de vitimação secundária, dado que estes processos são particularmente difíceis. Uma solução intermédia, que se poderia explorar, seria a criação de uma “válvula de escape” que consistiria em algo como a faculdade da vítima requerer o arquivamento do processo a qualquer momento, podendo o Ministério Público não arquivar se considerar que o verdadeiro interesse da vítima o impuser. Ou seja, é dada à vítima a hipótese de não passar por aquele processo, mas com a faculdade de o Ministério Público poder fazer uma avaliação sobre se há alguma pressão sobre a vítima.

Dia do Voluntário

APAV AGRADECE APOIO DOS 234 VOLUNTÁRIOS

Comemora-se por todo o mundo a 5 de dezembro e nasceu de uma resolução das Nações Unidas, a 17 de dezembro de 1985. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem promovido, nas diferentes áreas de apoio às vítimas de crime, o voluntariado social. Em 2013, contou com 234 voluntários (para além dos órgãos sociais da associação) distribuídos pelos diferentes serviços.



APAV encerra Projeto Unisexo 2

●●● A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) realiza **hoje** a sessão de encerramento do Projeto Unisexo 2 - Prevenção da violência sexual no ensino superior, na sala São Miranda da Casa Municipal da Cultura de Coimbra. O projeto, cujo encerramento está previsto para as **11H00**, procura facilitar o recurso das potenciais vítimas de crimes sexuais aos serviços de ajuda.



APAV cria site de apoio às vítimas de violência sexual

●●● A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – apresentou, esta quinta-feira, o seu microsite sobre violência sexual. O que é? Como acontece? O que fazer após a agressão? Estas são algumas das questões a que o sítio eletrónico dá resposta, procurando afirmar-se como uma referência no apoio às vítimas de violência doméstica.

Concretizado no âmbito do projeto “Unisexo 2 - Prevenção da violência sexual no ensino superior”, o portal apresenta vários trabalhos e materiais realizados ao longo dos últimos três anos, período em que foi levada a cabo a campanha. “É o culminar de um projeto prático e que disseminou as estratégias de prevenção e segurança sobre esta matéria”, explicou Natália Cardoso, da APAV. Na sala Sá de Miranda, a responsável



apav.pt/violenciasexual é o link do portal eletrónico

desmistificou a ideia de que “as agressões só acontecem num beco escuro, com um desconhecido”, realçando que a maioria das vítimas são atacadas por pessoas próximas.

Na manhã de ontem, foi também apresentado o relatório “Não se perder no mundo - rituais, convivialidade e relações de intimidade no ensino superior”, realizado por investigadores do Centro de Estudos Sociais da UC, e que foi feita na sequência do projeto Unisexo 2. Sustentado pelos testemunhos de quase seis dezenas de estudantes, o estudo centrou-se nos hábitos e quotidiano dos jovens adultos. “Há uma clara

diferenciação entre os ‘limites’ dos homens e das mulheres. Enquanto os hábitos boémios, nos rapazes, são olhados com naturalidade, as raparigas são rotuladas como ‘fáceis’ ou levianas”, frisou a especialista Madalena Duarte, garantindo que muitos dos jovens que participaram no estudo “pensavam que a violência sexual só é uma realidade entre casais mais velhos”. | **Bernardo Neto Parra** (em estágio)

20-21 **PORTAS ABERTAS**

APAV reforça apoio às vítimas de violência doméstica através da internet

A APAV apresentou um microsite sobre violência sexual. O que é? Como acontece? O que fazer após a agressão? Estas são algumas das questões a que o sítio eletrónico dá resposta, procurando afirmar-se como uma referência no apoio às vítimas de violência doméstica >Pág 6



ID: 57210153

01-12-2014

Violência doméstica debatida na Casa da Cultura dos Olivais



A Casa da Cultura acolheu uma conferência sobre violência doméstica que contou com a presença da APAV, da AMCV e da PSP.

O objectivo da iniciativa foi não só sensibilizar para o problema da violência doméstica mas também apresentar as estruturas de apoio que existem, divulgar os seus procedimentos e fornecer conselhos úteis para situações concretas de violência.

A conferência contou com a participação de Magali Carvalhinha, do Gabinete de Apoio à Vítima; da APAV de Cascais (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima); de Ana Maria Pascoal, da AMCV (Associação das Mulheres Contra a Violência) e do Chefe Carlos Rodrigues, da 34.ª da Polícia de Segurança Pública dos Olivais. A discussão foi moderada por Rosângela Barreiro, Directora da Casa da Cultura.

Ao longo do serão, o tema foi abordado segundo diferentes perspectivas, sempre com exemplos concretos de situações verídicas, que os experientes oradores acompanharam de perto.

A violência doméstica traduz-se num ciclo com três fases: 1) o aumento

de tensão, com injúrias, ameaças e uma sensação de perigo iminente; 2) o ataque violento, com maus tratos de frequência e intensidade crescentes; 3) a "lua-de-mel", em que o agressor se desculpa e promete nunca mais voltar a exercer violência sobre a vítima. A violência doméstica configura um crime público, ou seja, a abertura do processo não depende da vontade da vítima e impõe-se a denúncia obrigatória.

Existem precauções que as potenciais vítimas podem adoptar a título de prevenção, bem como comportamentos a seguir durante as discussões que podem conduzir a ataques violentos. Um dos exemplos focados foi a escolha do local da discussão: a sala, em vez da cozinha, a proximidade em relação à porta de saída, etc.

As crianças também mereceram atenção particular no debate, por serem vítimas mesmo quando a violência não é exercida sobre si directamente.

No final, a PSP esclareceu dúvidas relacionadas com a legislação em vigor e apresentou o plano de segurança que é aplicado a cada vítima, sempre que procura a esquadra em busca de apoio.



Este ano já morreram 40 mulheres vítimas de violência doméstica

REUTERS

Violência doméstica. Quando é que a Justiça pode afastar o agressor de casa?

PS quer que a medida possa ser decretada na abertura de um inquérito. Conselho Superior do Ministério Público diz que não pode ser. PGR sustenta que não é preciso

SUSETTE FRANCISCO
susete.francisco@ionline.pt

O afastamento de um arguido da sua casa logo na fase de inquérito, nos crimes de violência doméstica, pode ser inconstitucional. O tema está longe de ser pacífico e não recolhe consenso nem sequer no Ministério Público. Para a Procuradoria-Geral da República (PGR), a medida não é necessária face ao que já está na lei. Já para o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) esse não é o problema. A alteração, que consta de um projecto de lei do PS que será discutido no início de Janeiro, é contrária à Constituição.

Num parecer enviado à Assembleia da República, o CSMP defende que a solução proposta "peca por ser demasiado precoce, colidindo com princípios fundamentais ao nosso ordenamento jurídico". O projecto socialista estabelece que, nos casos de violência doméstica, o "Ministério Público, no despacho de abertura do inquérito ou no prazo de 10 dias, promove procedimento para efeitos de afastamento do arguido da residência, de

regulação provisória das responsabilidades parentais e atribuição provisória de pensão de alimentos".

UMA "MEDIDA PRECIPITADA" Para o CSMP, a "abertura de um inquérito não é suficiente para desencadear os procedimentos propostos". "Afastar o arguido do seu domicílio - por mais bem intencionada que seja a medida - apenas com base na notícia do crime é uma medida precipitada que, irremediavelmente, colide com a presunção de inocência", considera este organismo, sublinhando que "a notícia do crime pode ser falsa, forjada pelo cônjuge ou até por terceiros apenas para prejudicar o visado".

E pode até prejudicar a vítima: o "procedimento para regulação provisória das responsabilidades parentais, com atribuição provisória de pensão de alimentos e o afastamento do agressor poderá inviabilizar qualquer possibilidade mínima de investigação". Logo, "a condenação do agressor e a resolução definitiva da situação". "Em vez de ser um benefício, um procedimento demasiado célere

poderá redundar num claro prejuízo", diz o órgão disciplinar do Ministério Público, que aponta ainda a "ambivalência de muitos cônjuges vítimas de violência doméstica", que "oscilam, repetidamente, entre a acusação e o perdão". O que torna a "recolha de outros indícios, a coberto do segredo de Justiça, imprestável ao sucesso do projecto".

Associações que trabalham com vítimas têm pedido mais medidas de protecção imediata

Deputada Elza Pais garante que o projecto do PS está aberto a alterações para encontrar a melhor resposta

Já a PGR tem um entendimento diferente sobre a questão. Não chega sequer a pronunciar-se sobre a substância: "A medida de afastamento do arguido da residência já existe enquanto medida de coacção específica." O Código do Processo Penal estabelece que, face a "fortes indícios da prática de crime" punível com pena de máximo superior a três anos (o que enquadra a violência doméstica) um juiz pode ditar o afastamento "da residência onde o crime tenha sido cometido ou onde habitem os ofendidos".

ASSOCIAÇÕES QUEREM MUDANÇAS A questão do momento em que pode/deve ser decretado o afastamento de casa de um alegado agressor, em casos de violência doméstica, é um debate já longo, mas sem consenso. Associações que lidam com casos de violência doméstica, como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) ou a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) têm vindo a pedir alterações à lei, apontando a falta de medidas de protecção imediata. Ou seja, quando uma vítima apresenta queixa e regressa depois a casa, ao convívio com o agressor, seja porque não tem alternativa de alojamento ou por causa dos filhos. A APAV já sugeriu, aliás, que face à apresentação de uma queixa sejam os próprios órgãos de polícia criminal a poder emitir uma ordem de afastamento imediato.

Elza Pais, primeira subscritora do projecto socialista, admite que o afastamento imediato é uma "medida difícil de executar", mas é também "das mais necessárias" para combater os números trágicos de homicídios conjugais em Portugal. A deputada diz que o projecto que vai a debate no início de 2015 "está aberto a todas as possibilidades" no sentido de encontrar a melhor resposta.



Nos últimos 14 anos recorreram à APAV mais de 90 mil vítimas de violência doméstica

Balanço
Natália Faria

**Das 90.973 denúncias feitas
àquela associação entre
2000 e 2013, as mulheres
preponderam entre as
vítimas dos crimes**

Quase 91 mil pessoas recorreram aos serviços da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) entre 2000 e 2013. As estatísticas divulgadas ontem pela associação somam 90.973 vítimas naqueles 14 anos, entre as quais preponderam as mulheres.

Das 7265 denúncias contabilizadas pela APAV em 2013, 85% diziam respeito a casos de violência exercida contra mulheres. No reverso desta medalha, os crimes de violência doméstica registados em 2013 foram, em 87% dos casos, perpetrados por indivíduos do sexo masculino.

Naquele mesmo ano, na situação familiar das vítimas destacavam-se aquelas que viviam em famílias nucleares com filhos (46,9%), sendo que as relações de conjugalidade entre autor do crime e a vítima eram as mais expressivas, perfazendo 35,8% dos casos.

Relativamente ao ano que agora termina, faltam ainda as estatísticas finais, mas 2014 vai ficar marcado pelas 40 mulheres que, até ao início de Dezembro e segundo a imprensa, tinham morrido às mãos dos companheiros, ex-companheiros ou outros familiares.

Por outro lado, são quase 500 os agressores que, por estes dias, cumprem pena ou aguardam jul-

gamento por violência doméstica. Os dados avançados ao PÚBLICO pela Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, no início de Novembro, davam conta de 373 pessoas a cumprir prisão efectiva por aquele crime, a que se somavam 84 que aguardavam julgamento em prisão preventiva e ainda outros 35, considerados inimputáveis, mas ainda assim privados da sua liberdade. No conjunto dos números que ajudam a traçar esta realidade, contavam-se ainda 259 pessoas arguidas ou condenadas pelo crime que estavam a cumprir medidas de afastamento vigiadas por vigilância electrónica.

Maus tratos psíquicos

Entre 2000 e 2013, o ano em que se registou um maior número de vítimas foi 2002, com 7543 casos no total. Escrutinando com mais detalhe os dados relativos ao intervalo temporal entre 2000 e 2012, a APAV conclui que, entre as vítimas de violência doméstica, as mulheres com idades entre os 36 e os 45 anos constituíram 17,9% dos casos, seguindo-se a faixa etária dos 26 e os 35 anos (16,2%).

Do lado dos agressores, 27,6% dos autores dos crimes tinham entre 26 e 45 anos de idade.

Quanto ao tipo de crime, preponderam a violação estritamente falando (1877 casos, ou seja, 19,8% do total), o incumprimento da obrigação de alimentos (1505 casos) e o abuso sexual (1472). Atendendo à violência doméstica no seu sentido mais estrito, preponderam as queixas por maus tratos psíquicos, com um total de 56.344 casos, logo seguido dos maus tratos físicos, com 50.935 denúncias. **com Lusa**

PEDRO VILELA



Crimes são quase sempre perpetrados pelos companheiros

SOBE&DESCE



M.ª DORES
MEIRA

↑ Município
de Setúbal
candidatou-se a in-
vestimento para
ajudar bombeiros.



VIOÊNCIA
DOMÉSTICA

↓ 83 mil pessoas
pediram ajuda
à APAV em 12 anos
por agressões físi-
cas e psicológicas.



ESTATÍSTICA ■ HOMICÍDIOS, CRIMES SEXUAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Mortos 619 em 12 anos

■ APAV registou 5710 vítimas de crimes sexuais. Em 31 dos casos, o crime dura há 40 anos

● MANUELA GUERREIRO

Nos últimos doze anos foram assassinadas em Portugal 619 pessoas, a maioria mulheres, casadas e com idades entre os 36 e os 45 anos. Segundo as últimas estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), referentes ao número de familiares que pediu ajuda, há registo de 620 homicidas, sobretudo homens, entre 36 e 45 anos. No estudo, 'Crimes de homicídio 2000-2012', contabilizam-se também 141 mulheres homicidas. Os crimes são praticados quase sempre na residência comum (233), seguindo-se a rua (161) e a casa da vítima (125).

No período em análise, as estatísticas da APAV registaram cinco autores de homicídio com idades entre os 11 e os 17 anos. De salientar que duas das vítimas mais novas tinham entre um e três anos e as 50 vítimas mais velhas tinham mais de 65 anos.

A APAV contabilizou igualmente os crimes sexuais que fizeram 5710 vítimas – e a violência doméstica, que levou 83 708 pessoas a pedirem ajuda à

SAIBA MAIS

● CRIME PÚBLICO

A violência doméstica assume a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima. Para que o Ministério Público promova o processo, basta uma denúncia ou o conhecimento do crime.

● 500

Quase 500 agressores cumprem pena ou aguardam julgamento por violência doméstica, segundo dados dos serviços prisionais referentes a outubro.

● 1990

A APAV foi criada a 25 de junho de 1990 por um grupo de 27 fundadores, dos quais se destacam monsenhor Feytor Pinto e monsenhor Victor Milícias.

● 29 CONDENADOS

Em 2013 foram condenadas vinte e nove pessoas por homicídio conjugal nos tribunais portugueses de primeira instância.



Maioria das vítimas mortais são mulheres, entre os 36 e 45 anos

associação nos últimos 12 anos.

No âmbito dos crimes sexuais, destaque para o número de criminosos com antecedentes. Durante os últimos 12 anos, 432 autores de crimes de natureza sexual já tinham uma condenação anterior e 17 eram arguidos noutra processo-crime.

O autor deste tipo de crime é maioritariamente do sexo masculino, tem entre 36 e 45 anos e é cônjuge ou companheiro da vítima. Estas são, na sua maioria, do sexo feminino e têm

entre 26 e 35 anos. Possuem o ensino secundário. Os crimes também são praticados sobretudo em casa (2365). Em 31 dos

casos, o crime prolongou-se ao longo de 40 anos.

Dos 6476 crimes sexuais contabilizados pela APAV, a maioria (3473) ocorreu em contexto de violência doméstica: 1998 violações e 1475 abusos sexuais

de crianças. Nos dados referentes à violência doméstica há registo de maus-tratos psíquicos em mais de 56 mil casos. ■

Cinco autores de homicídios são menores, entre os 11 e os 17 anos



30-12-2014

Tiragem: 150597
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 3,23 x 3,16 cm²
Corte: 2 de 2



CRIMES
619 mortos
por violência
em 12 anos
PÁG. 14



Maltratou companheira 12 anos e pegou fogo à casa

ACUSADO PELO MP

O MINISTÉRIO PÚBLICO do Porto acusou um homem do crime de violência doméstica por, ao longo de 12 anos, ter agredido e insultado a companheira e, após a separação, ter incendiado uma casa onde tinham vivido juntos.

Segundo a acusação do Departamento de Investigação e Ação Penal do Porto (DIAP), divulgada na página da Procuradoria-Geral Distrital do Porto, e a que a agência Lusa

teve acesso, o arguido agrediu e ofendeu a companheira "durante a união de facto de 12 anos".

As agressões "em várias partes do corpo" e os insultos, decorrentes de discussões, terão tido "particular incidên-

cia de 2012 a 2014", quando viveram em Matosinhos.

A conduta do arguido, que terá ainda partido "vários objetos essenciais à vida doméstica", levou a que a companheira, com os filhos, "deixasse a casa de residência onde com ele vivia".

Insatisfeito com a separação, e "depois de um período de ameaças" por telefone à companheira, o indivíduo terá entrado na residência que haviam partilhado e ali "derramou álcool sobre a cama, o sofá e outros objetos,

**FOGO SÓ NÃO
ALASTROU A
OUTRAS CASAS
PORQUE OS BOM-
BEIROS ATUA-
RAM DEPRESSA**



Casa foi completamente destruída pelo incêndio

após o que, com uso de papel e isqueiro, fez deflagrar um incêndio que consumiu totalmente o recheio das dependências".

O incêndio, na madrugada de 9 de agosto deste ano, cau-

sou um prejuízo "num valor não inferior a 15 mil euros e só não se propagou a outras casas de residência por ter sido prontamente atalhado por vizinhos e bombeiros", concluiu o MP. Ao arguido, o

MP imputa a prática de um crime de violência doméstica e outro de incêndio.

O crime de violência doméstica, punível com pena até cinco anos de prisão, é público, pelo que não está dependente de queixa por parte da vítima.

O número de vítimas dos crimes de violência doméstica que recorreram aos serviços da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) aumentou mais de 30% nos últimos 14 anos, totalizando 90 973 casos. Dados da APAV referem que, em 2000, foram registados 5419 casos e, em 2013, 7265 casos e que a grande maioria das vítimas são mulheres. Os homens são os principais autores, tendo atingido, em 2011, os 78,6%. ●



Violência doméstica contra crianças e idosos foi a que mais aumentou

Estatísticas da APAV mostram que, em 13 anos, a violência contra crianças aumentou cinco vezes

As crianças e os idosos são os grupos em que a violência doméstica mais aumentou nos últimos 13 anos. As estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) divulgadas ontem mostram que as vítimas de violência em casa com mais de 65 anos quase triplicaram entre 2000 e 2013, passando de 240 casos registados para 603.

No mesmo período, a violência doméstica contra crianças e jovens também aumentou: se em 2000, 88 crianças com menos de 10 anos foram vítimas de violência, o número subiu para 469 no ano passado. Na faixa etária entre os 10 e os 17 anos, os casos reportados à APAV também subiram consideravelmente, de 105 para 368.

Ainda assim, a violência con-

tra idosos e crianças continua a ser residual, olhando as estatísticas de forma global. Em 2013, a violência infligida a pessoas com mais de 65 anos representou 8,3% do total de casos, enquanto que a violência doméstica envolvendo menores representou 11,6%. No total, a APAV registou, no ano passado, 7265 vítimas de violência doméstica – sendo a faixa etária entre os 35 e os 40 anos a que regista mais situações, com 716. Porém, as vítimas nestas faixas etárias têm vindo a diminuir. Em 2000, a APAV sinalizou 1191 vítimas de violência em casa com idades entre os 36 e os 45 anos, enquanto que no ano passado o número de situações nesta faixa etária baixou para 716.

Vítimas de violência doméstica com mais de 65 anos quase triplicaram

O que parece não ter mudado ao longo dos últimos 13 anos é o perfil-tipo das vítimas: continuam a ser sobretudo mulheres (85% das situações) e os agressores maioritariamente homens. Já a relação vítima/autor do crime que regista maior número de casos é a de cônjuge ou companheiro, com um total de 53 506 casos entre 2000 e 2013.

No relatório mais recente sobre o fenómeno, a APAV sublinha que, “na violência doméstica em sentido lato” predominam os crimes de “violação”, “violação da obrigação de alimentos” e “abuso sexual”, com 1877, 1505 e 1472 casos, respectivamente. “Na violência doméstica em sentido estrito”, destacam-se os crimes de “maus-tratos psíquicos”, com o registo de 56344 casos, seguido dos “maus-tratos físicos”, com 50935 casos. A associação destaca, por outro lado, que nos últimos 13 anos se registaram 619 homicídios em contexto doméstico. *Rosa Ramos*

O FENÓMENO ANALISADO POR ANO

2000 A maioria das vítimas de violência doméstica encontrava-se nas faixas etárias dos 26 aos 35 anos e dos 36 aos 45: a APAV registou 1229 e 1191 situações respectivamente. No mesmo ano, foram ainda sinalizadas 240 pessoas com mais de 65 anos e 105 entre os 11 e os 17 anos, além de 13 bebés até aos três anos e 65 com idades entre os quatro e os 10 anos

2013 Os números da APAV mostram que, no ano passado, acorreram à associação 750 vítimas entre os 25 e os 34 anos. Comparando com o ano de 2000, verifica-se um aumento de casos de violência contra idosos: só no ano passado, registaram-se 603, enquanto que as situações envolvendo bebés até aos três anos subiram para 111

